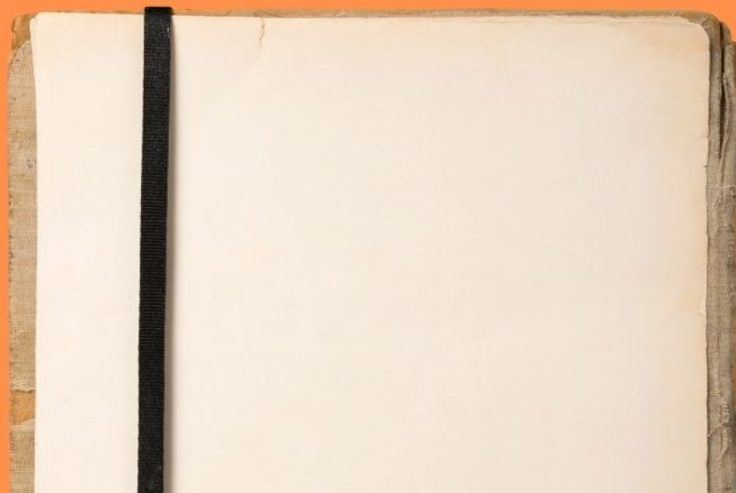


BRUNO LEAL PASTOR DE CARVALHO

QUERO FAZER MESTRADO EM HISTÓRIA!

Tudo o que você sempre
quis saber sobre o
mestrado em História, mas
teve medo de perguntar



Quero fazer mestrado em História!

Tudo o que você sempre quis saber sobre o mestrado em
História, mas teve medo de perguntar

Bruno Leal Pastor de Carvalho

OceanofPDF.com

Direitos autorais © 2022 Bruno Leal Pastor de Carvalho

Todos os direitos reservados

Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou armazenada em um sistema de recuperação, ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, gravação ou outro, sem a permissão expressa por escrito do autor.

Diagramação: Bruno Leal Pastor de Carvalho

Revisão: Ana Paula Tavares Teixeira

Capa: Canva

[OceanofPDF.com](https://oceanofpdf.com)

Dedico este livro a estudantes de graduação e de pós-graduação, especialmente os que foram meus orientandos e orientandas. Com vocês, eu consigo ir mais longe.

OceanofPDF.com

Índice

[Página do título](#)

[Direitos autorais](#)

[Dedicatória](#)

[PREFÁCIO](#)

[INTRODUÇÃO: MEU PRIMEIRO DIA DE AULA](#)

[PARTE I - ENTENDENDO O MESTRADO](#)

[1. O QUE É MESTRADO?](#)

[2. MESTRADO X ESPECIALIZAÇÃO](#)

[3. A HISTÓRIA DO MESTRADO EM HISTÓRIA](#)

[4. MESTRADO ACADÊMICO E MESTRADO PROFISSIONAL](#)

[5. O MESTRADO É PAGO OU GRATUITO?](#)

[6. ESCOLHENDO O MESTRADO](#)

[7. AS AGÊNCIAS DE FOMENTO](#)

[PARTE II - O PROCESSO SELETIVO](#)

[1. VISÃO GERAL](#)

[2. PROVA ESCRITA](#)

[3. ENTREVISTA](#)

[4. PROJETO DE PESQUISA](#)

[5. CURRÍCULO](#)

[6. PROVA DE LÍNGUAS](#)

[7. RESERVA DE VAGAS](#)

[PARTE III - FAZENDO O MESTRADO](#)

[1. COMO SÃO AS DISCIPLINAS?](#)

[2. COMO SÃO AS AULAS?](#)

[3. COMO SÃO AS AVALIAÇÕES?](#)

[4. O QUE É MESTRADO-SANDUÍCHE?](#)

[5. AS BOLSAS DE MESTRADO](#)

[6. O PAPEL DO ORIENTADOR OU ORIENTADORA](#)

[7. COMO É O AMBIENTE DO MESTRADO?](#)

[8. TODO MESTRANDO OU MESTRANDA TEM QUE DAR AULA?](#)

[PARTE IV - A DISSERTAÇÃO](#)

- [1. O QUE É UMA DISSERTAÇÃO?](#)
 - [2. A BANCA DE QUALIFICAÇÃO](#)
 - [3. A BANCA DE DEFESA](#)
 - [4. O QUE VEM DEPOIS DA DEFESA?](#)
- [POSFÁCIO](#)

[Fontes](#)

[Notícias](#)

[Editais](#)

[Sites](#)

[Referências](#)

[Sobre o autor](#)

[Livros deste autor](#)

[Agradecimentos](#)

[*OceanofPDF.com*](#)

PREFÁCIO

HOUVE UM TEMPO em que muitos acreditaram que os historiadores poderiam reservar para si o monopólio do conhecimento e da produção historiográfica. E, pior, que esse conhecimento deveria ser apresentado da forma mais obscura possível, como se a falta de inteligibilidade fosse um sinal inequívoco de inteligência – e quantas gerações não foram prejudicadas ao crerem serem profundas águas rasas que apenas estavam turvas!

Entretanto, essa exclusão deliberada não se restringia ao conteúdo do conhecimento produzido: não raro os métodos e maneiras de ingressar nessa comunidade de historiadores eram igualmente enigmáticos, de modo a favorecer aqueles que já estavam bem-posicionados nas redes pré-existentes (o que implica, claro, reprodução das desigualdades de classe, raça e gênero). Nessa época, quase toda forma de divulgação científica era vista como rebaixamento do saber, quase toda preocupação com o público não acadêmico era chamada de superficialidade e vista como desvio de função, e quase todo trabalho em prol de um futuro público para o passado recebia a pecha de “ vaidade”.

Mas a verdade é que muita coisa vem mudando nos últimos anos. Há um movimento de historiadoras e historiadores cada vez engajados na democratização do conhecimento. E, para nossa sorte, Bruno Leal é uma das pontas de lança desse movimento. Desde 2008, o portal Café História, que conta com artigos sobre os mais variados assuntos do campo historiográfico, é uma das principais referências em divulgação científica no Brasil; em 2019, com o lançamento do pioneiro *História Pública e Divulgação de História*, da editora Letra e Voz, organizado por Leal e Ana Paula Tavares, o próprio caráter da História Pública e da divulgação científica em História tornou-se objeto de reflexões. Cabe ainda destacar sua contribuição historiográfica ímpar, especialmente *O Homem dos Pedalinhos* (2021, FGV Editora), importantíssima obra para pensar o pós-guerra e o nazismo no Brasil.

Este livro, entretanto, difere dessas produções precedentes. Assim, vale lembrar aqui uma máxima de Bertrand Russel: para aperfeiçoarmos a democracia, é necessário que sua própria defesa se torne, por assim dizer, democrática, isto é, acessível igualmente ao maior número possível de pessoas. De forma análoga, se, como nos ensina o historiador Paolo Rossi, a ciência pressupõe (1) uma certa universalidade da crítica em contraposição a um corpo saber “imemorial” inquestionável e (2) a ideia de uma relativa igualdade das inteligências em contraste com a noção de um corpo de “eleitos” ou “iluminados”, a própria cientificidade em sua versão mais democrática e democratizante se realiza também por meio da clareza quanto aos meios socioinstitucionais para ingressar e persistir no mundo da pesquisa.

Por isso, dentro dos trabalhos de Bruno Leal, este livro completa uma espécie de tripé da História Pública: além da necessidade de tornarmos o conhecimento histórico acessível e termos uma robusta reflexão sobre o caráter da divulgação científica, é preciso também possuímos clareza sobre os meios de introduzir-se e permanecer na pós-graduação, estando conscientes de todos os problemas e desafios que fazem parte desse processo em nosso país. Parafraseando Russel, é preciso que a própria prática profissional do cientista se torne, por assim dizer, científico-democrática, o que significa buscarmos transparência quanto aos nossos critérios, exigências e limites. Afinal, quantas pessoas jovens altamente capazes não são reprovadas nos exames de mestrado não por falta de conhecimento, mas tão somente por não dominarem elementos técnicos básicos da linguagem de um projeto de pesquisa? E quantas não se frustram (ou não conseguem se planejar adequadamente) apenas por não entenderem no que consiste um trabalho de mestrado (e como ele difere de uma especialização ou de uma outra graduação)?

O livro, vale ainda destacar, preenche uma importante lacuna: se já existem bons trabalhos sobre a formulação do projeto de pesquisa em História, este toma a dianteira ao discutir também o próprio percurso do mestrado, isto é, o que é uma dissertação, no que constitui banca de defesa, quais as peculiaridades da orientação, como conseguir uma bolsa, entre outros fatores. Como pude acompanhar pessoalmente, a formulação do livro envolveu uma minuciosa pesquisa a respeito dos programas de mestrado que existem no Brasil, com suas peculiaridades e desafios. Em resumo: para mim, este livro teria sido um excelente parceiro de caminhada quando

inicie minha própria trajetória de mestrado em História. Por isso, estou seguro de que será um bom amigo para todas as leitoras e leitores que gentilmente aceitarem sua companhia.

Dado que este livro será lido majoritariamente por aspirantes ao mundo da pesquisa, creio ser pertinente aqui uma derradeira palavra. Bronislaw Baczko, em *A Responsabilidade Moral do Historiador*, dizia que escrita da história não existe somente para atender às nossas expectativas cognitivas, mas para uma necessidade mais ampla, qual seja, a apreensão do passado pelo presente. As questões formuladas por historiadores e historiadoras, afinal, são *histoire vivante*, inseparáveis das questões de nossa época. Se poucos hoje têm ilusões a respeito da aptidão moralizadora da história, na qualidade de *magistra vitae*, em contrapartida a reflexão a respeito do aspecto histórico de nossos problemas contemporâneos, bem como de suas possíveis soluções, contribuem para formar a consciência de nossa responsabilidade sobre o futuro, isto é, nossa imaginação e nosso horizonte axiológico.

Contrariamente ao que se pensa, portanto, a consciência da historicidade de nossos bons valores e princípios não é motivo para não os defender – pelo contrário, seria precisamente seu caráter inerente, eterno ou absoluto que nos induziria à imobilidade, dado que, se possuísemos essa qualidade, eles haveriam de triunfar uma hora ou outra. No cerne desse paradoxo reside a “responsabilidade moral do historiador”: cômicos da relatividade dos valores e de sua variabilidade no tempo, bem como da própria transitoriedade de suas conclusões de pesquisa, a historiadora e o historiador mesmo assim não podem “escolher a mentira” e não têm qualquer “direito à falsificação.” A pesquisa séria em História nos revela que o relativo não autoriza o arbitrário, e que uma certa consciência de nossos próprios limites não implica qualquer direito à manipulação. Em tempos de *fake news* e hiper informação, essas são boas lições que podemos oferecer à sociedade. Boa leitura!

Daniel Gomes de Carvalho

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e professor de História Contemporânea na Universidade de Brasília (UnB).

INTRODUÇÃO: MEU PRIMEIRO DIA DE AULA

EU ESTAVA MUITO NERVOSO no meu primeiro dia no mestrado. Lembro bem daquele dia. Era uma manhã chuvosa no Rio de Janeiro e havia na sala de aula umas 15 pessoas. Eu não conhecia ninguém e estávamos todos esperando a professora chegar para apresentar aquele mundo novo e um tantinho aterrorizante. Eu olhava para o lado sem saber o que fazer e sem coragem para conversar. Não fazia ideia do que esperar: não sabia se ia gostar das aulas e das leituras, não tinha noção de como os professores e professoras agiam na pós-graduação, eu temia não estar à altura do desafio.

Depois que a aula começou, as coisas foram pouco a pouco se acertando; os dias passaram e fui entendendo como funcionavam os ritos, os prazos, as atividades e as dinâmicas da pós-graduação. Fiz ótimas amizades (algumas duram até hoje) e desde o início me dei super bem com a minha orientadora. Mal percebi quando o mestrado acabou. Quando me dei conta, estava defendendo a minha dissertação diante de uma banca.

Durante o mestrado, contei com a ajuda de muita gente bacana para sanar várias dúvidas. Acho que poucos mestrandos e mestrandas foram mais do que eu à secretaria para perguntar sobre disciplinas, histórico escolar, participação em congressos, entrega de relatórios etc. As pessoas me tranquilizavam quando eu pedia desculpas pela frequência: “olha, as coisas são assim mesmo, não se preocupe, a gente fica um pouco perdido, mas vai entendendo como funciona o mestrado durante o processo, no dia a dia”. Na época, eu aceitei que era assim mesmo, mas hoje, tendo acumulado uma boa experiência acadêmica, vejo que as coisas podem ser um pouco menos complicadas. É possível conhecer mais sobre a pós-graduação antes de entrar nela. Na verdade, eu diria que é altamente recomendável que você saiba o que é um mestrado e o que é a vida de um mestrando ou mestranda antes de se tornar um/uma! Isso pode evitar um monte de frustrações e inseguranças desnecessárias.

Na graduação, os professores e professoras costumam conversar muito pouco sobre pós-graduação. Responda rápido: quantas vezes alguém lhe explicou alguma coisa sobre o mestrado quando você ainda era aluno ou aluna de graduação? Isso não é papo frequente de sala de aula entre os estudantes, nem professores e professoras têm o hábito de falar sobre mestrado e doutorado com os graduandos e graduandas, exceto em alguns poucos casos. Por exemplo, quando o aluno ou aluna acabou de defender o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e vem aquela pergunta do orientador ou orientadora: “e aí, vamos fazer mestrado?”. As pernas chegam a ficar bambas, não só porque é um grande passo na vida profissional, mas porque em geral se tem pouca ou nenhuma informação sobre o mestrado. Como é o processo seletivo? Eu preciso pagar mensalidade? O que é uma dissertação? Como são as aulas? É muito diferente da graduação? O que é esse negócio chamado “qualificação”?

Para muitos graduandos e graduandas, o mestrado, ou melhor, a pós-graduação em História, é *aquela outra sala dentro do Departamento de História*. Dela, estudantes mais velhos e docentes entram e saem o tempo todo, sempre depois de aulas longuíssimas, carregados de livros e diversos papéis. Aquela é a sala onde são desenvolvidas atividades acadêmicas desconhecidas, superimportantes, mas aparentemente indecifráveis. Para quem ainda está na graduação, o programa de pós-graduação é quase um mundo à parte, inacessível, apartado do seu *universo cotidiano de estudante*. “Sei nem que roupa devo vestir para entrar ali!”

Quando eu me tornei professor universitário, passei a conversar com os meus alunos e alunas de graduação sobre mestrado e doutorado, não só para ajuda-los em decisões futuras, mas também para desmistificar a pós-graduação. Percebi, ao longo dos anos, que muitos deixavam de fazer mestrado – e até mesmo o doutorado – porque pensavam: “aquilo não é para mim”. Isso não é verdade. Durante muito tempo, de fato, a universidade foi interdita àqueles que não faziam parte da elite econômica do país. Mas o perfil da universidade mudou bastante nos últimos 20 anos, para melhor – e ainda vai mudar mais. A universidade, hoje, é mais plural e inclusiva do que no passado. Segundo levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), o número de alunos e alunas negros/as e pardos/as saltou de 41% do total de matrículas na rede federal, em 2010, para 52%, em 2020. No que diz respeito a presença de indígenas, ocorre algo parecido: os índices passaram

de 42% para 53% nesse mesmo intervalo de tempo. E segundo a 5ª Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior (2018), 70,2% dos estudantes universitários possui renda mensal familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio. Ainda há muito o que fazer, mas as conquistas são enormes. O elitismo acadêmico não pode ser mais aceito.

Levar esse papo para as minhas aulas foi muito bom, mas eu sempre quis falar sobre isso para uma audiência maior do que a da minha sala de aula. Por isso, eu resolvi escrever este livro. Meu propósito aqui é “conversar” com você sobre o mestrado em História, explicar como ele funciona, de que forma você pode se preparar para um processo seletivo em História, como são as aulas, quais são as atividades acadêmicas de uma pós-graduação e muitas outras coisas que você sempre quis saber sobre o mestrado na área, mas teve medo de perguntar. O livro vai muito além de um “guia do processo seletivo”. Eu até falo bastante sobre isso, mas eu diria que o diferencial da obra é outro: nos próximos capítulos eu tento explicar, por exemplo, como é o dia a dia de um mestrado e o que fazemos com o título depois da defesa. Falo ainda sobre as disciplinas e as avaliações, sobre bolsas e as diferenças entre o mestrado acadêmico e o mestrado profissional. Acho que não existe nada no mercado editorial neste sentido. É possível encontrar ótimos livros que ajudam a montar um bom projeto de pesquisa (com todos os passos bem explicadinhos), mas poucos são aqueles que falam sobre *o mestrado em si mesmo*.

Se você é estudante de graduação e quer, desde já, entender o que é um mestrado e uma dissertação, esse livro vai te ajudar bastante. Mas esse livro também é voltado para professores e professoras do Ensino Básico que se formaram há algum tempo e querem voltar a frequentar a universidade como estudantes. Esse livro pode ajudar igualmente àqueles que não possuem graduação em História, mas que desejam ter o mestrado nesta área. Também conheço essa realidade, pois além de historiador, sou jornalista, e tenho vários colegas jornalistas (e alguns que são advogados) que sempre foram apaixonados por História e querem se aprofundar na área, só não sabem como – na minha opinião, o mestrado é realmente uma belíssima oportunidade para fazer isso.

O foco do livro é a área de História e os historiadores de ofício, mas se o leitor vem de áreas correlatas das Ciências Humanas ou Ciências Sociais Aplicadas, como Sociologia, Direito, Filosofia, Comunicação Social

ou Antropologia, esse livro também pode ser muito útil, porque os processos seletivos nas Ciências Humanas costumam ser bem parecidos. É por isso também que este livro pode auxiliar quem busca, na grande área das Humanidades, mestrados interdisciplinares.

Há muitos programas de pós-graduação em História no Brasil e eles são diferentes. Cada programa possui sua autonomia e suas regras, logo, as experiências dos mestrandos e mestrandas também serão diferentes. Mas há muita coisa em comum entre eles. Por isso, esse livro existe. Esteja você interessado em fazer o mestrado em Maceió ou no Rio de Janeiro, esse livro vai poder te ajudar a entender onde você está prestes a chegar.

Eu gostaria muito de ter lido algo assim nos últimos semestres da minha graduação em História, lá no início deste século, pois isso poderia ter evitado alguns passos em falso no início da minha carreira. O maior deles ocorreu no final de 2006. Eu ainda cursava História, mas tinha me formado em Comunicação Social. Assim que coloquei as mãos no meu diploma de jornalista, decidi que tentaria o mestrado em História. Eu trabalhava na época no mercado corporativo, mas já tinha certeza de que queria ser professor universitário, e isso não seria possível sem o mestrado. Fiz a inscrição no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Eu tinha uma relação afetiva com a universidade e o curso de lá sempre foi conhecido por sua excelência – era o programa em que atuavam Carlos Fico, José Murilo de Carvalho, Manoel Salgado, Marieta de Moraes Ferreira, João Fragoso, Maria Paula Nascimento, Monica Lima, Manolo Florentino e tantos outros pesquisadores que nós historiadores e historiadoras aprendemos a admirar. Além disso, o IFCS está localizado no centro da cidade, sendo, portanto, de super fácil acesso para mim na época. Acontece que as coisas não saíram como eu esperava. Eu não passei nas provas e fiquei desolado. Vários pensamentos vieram à minha cabeça: “eu escrevia mal”; “não estudava direito”; “mestrado não era para mim”. Duvidei da minha capacidade. Só depois de alguns anos eu fui realmente entender o que tinha acontecido: eu adorava estudar e era ótimo em História, eu apenas tinha sido afoito. Na pressa de ingressar num mestrado, escrevi um projeto que não ficou legal e, sem saber como funcionavam as provas e a entrevista, acabei não me preparando bem para elas. No ano seguinte eu reelaborei o projeto, me informei melhor sobre o mestrado e o seu processo seletivo. Desta vez, deu certo. Curiosamente, fiz o mestrado em uma área “irmã” da História chamada Memória Social.

Se esta é a ironia deste livro – ele é escrito por uma pessoa que não fez mestrado em História – talvez aí esteja precisamente o motivo pelo qual esse projeto tenha surgido e martelado minha cabeça por tanto tempo. E agora, com a experiência e conhecimentos acumulados, eu posso falar com propriedade deste assunto que me é tão próximo, embora não esteja no meu currículo. Afinal, eu construí toda a minha vida acadêmica em torno da História: tenho graduação em História, especialização em História, doutorado em História, pós-doutorado em História, sou professor do departamento e da pós-graduação em História da UnB e, portanto, oriento mestrandos, mestrandas, doutorandos e doutorandas em História. Além, claro, de participar de seleções de mestrado e doutorado na área. Vem dessa trajetória e vivências a maior parte das dicas que você encontrará adiante.

O que eu digo nos próximos capítulos vão te ajudar bastante, mas atenção: o livro não pode ser visto simplesmente como o “mapa da mina”, especialmente no que diz respeito ao processo seletivo. Bancas são subjetivas e programas de mestrado possuem editais e regulamentos próprios, que mudam de tempos em tempos e de instituição para instituição. Em outras palavras, ler este livro não vai assegurar a sua aprovação no mestrado, mas vai te ajudar a planejar o próximo passo da sua carreira e também a se preparar melhor, tanto para o processo seletivo quanto para a vida de mestrando e mestranda. Então, tenha isso em mente durante a leitura do livro, combinado? Espero que você goste de ler os capítulos a seguir, tanto quanto gostei de escrevê-los. No mais, mãos à obra e boa sorte!

Bruno Leal Pastor de Carvalho
Brasília, 20 de dezembro de 2022.

OceanofPDF.com

PARTE I - ENTENDENDO O MESTRADO

OceanofPDF.com

1. O QUE É MESTRADO?

O MESTRADO é um tipo de pós-graduação e pode ser feito por qualquer pessoa com um diploma de graduação devidamente reconhecido/expedido pelo Ministério da Educação (MEC). Para participar de um mestrado, no entanto, é preciso que o candidato ou candidata se inscreva em um processo seletivo e seja aprovado nele. Todo mestrado está inserido em um programa de pós-graduação, no nosso caso, em um Programa de Pós-Graduação em História, que também pode oferecer cursos de doutorado e de especialização.

Para que serve o mestrado? Para muitas coisas. Em primeiro lugar, o mestrado tem a ver com produção de conhecimento científico. Quando entramos em um mestrado em História, a expectativa é que o nosso trabalho de pesquisa possa contribuir para o avanço da historiografia. Mas o mestrado é também uma qualificação profissional. Com ele podemos progredir em nossas carreiras. Várias empresas e instituições, públicas ou privadas, possuem planos de carreira em que há a chamada “retribuição por titulação”, isto é, o/a profissional, à medida que obtém títulos em sua área, assume novas funções, recebe aumento no seu salário e pode alcançar posições de chefia. Também é muito comum que diversos concursos públicos, principalmente para a área docente, atribuam pontos para os candidatos e candidatas que apresentem os títulos de mestrado e doutorado.

O mestrado tem duração de dois anos (há muitos anos – bons tempos – eram três), podendo ser prorrogado por mais alguns meses, desde que justificado e autorizado. Neste período de dois anos, o mestrando ou a mestranda (quem faz o mestrado) deve desenvolver uma pesquisa individual, que é o principal objetivo do mestrado, além de cursar algumas disciplinas em turmas – porém, costumam ser disciplinas bem diferentes da graduação (veremos isso mais adiante). O mestrando ou a mestranda deverá participar de congressos, poderá dar aulas na graduação (sempre de forma supervisionada) e, ao final do curso, precisará defender um trabalho escrito e de natureza monográfica, a famosa dissertação. Se tudo correr bem, o mestrando ou a mestranda se faz mestre ou mestra.

Há diferentes programas de pós-graduação em História. Alguns vão ter exatamente este nome (Programa de Pós-Graduação em História), como é o caso da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). As siglas adotadas para se referir a cada programa, porém, podem ser ligeiramente diferentes. Nos casos citados, a UnB adota a sigla PPGHIS, a UFPA usa PPHIST e a UFRGS, PPGH.

Outros programas são nomeados de acordo com o “campo” da História em que estão situados ou com a abordagem/perspectiva historiográfica com a qual se identificam. É o caso da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), com seu Programa de Pós-Graduação em História Pública (PPGHP); e também da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que possui dois programas de pós-graduação em História: um em História Social (PPGHIS) e outro em História Comparada (PPGHC). O que define o nome deles é a área, o campo ou a abordagem. Há ainda os programas de pós-graduação que oferecem mestrados profissionais que costumam ser identificados pela sigla ProfHistória.

Todo PPGH vai contar com pelo menos uma “área de concentração” e com pelo menos uma “linha de pesquisa”. Qual a diferença entre “área de concentração” e “linha de pesquisa”? A resposta para essa pergunta não é fácil. O pesquisador Jairo Eduardo Borges-Andrade (2003) aponta que no Brasil os dois conceitos não são muito claramente definidos. Mas nós podemos dizer, de forma didática e a partir do trabalho de Borges-Andrade, que a “área de concentração” tem um escopo mais amplo, delimitando um determinado domínio da História, enquanto a “linha de pesquisa” tem escopo um pouco mais restrito, indicando um foco ou abordagem de pesquisa.

Ficou difícil de entender? Confira então este exemplo. O PPGHIS da UnB, onde eu sou professor, tem uma única área de concentração: “Sociedade, Política e Cultura”. Podemos dizer que esta área de concentração “abriga” quatro linhas de pesquisa: 1. “História Cultural, Memórias e Identidades”, 2. “História Social e suas múltiplas formas”, 3. “Ideias, Historiografia e Teoria” e 4. “Política, Instituições e Relações de Poder”.

Cada professor e professora do programa de pós-graduação se vincula a uma única linha de pesquisa, de acordo com sua especialidade e foco acadêmico. E também é assim com cada pós-graduando ou pós-

graduanda. Portanto, no seu planejamento de ingresso no mestrado, é fundamental observar a sintonia entre o projeto que você pretende desenvolver e as linhas de pesquisa do programa de pós-graduação no qual você pretende se inscrever. São elas que vão servir de parâmetro para a alocação dos projetos de pesquisa no programa. Vamos novamente a um exemplo: se um projeto de pesquisa discute disputas de poder no Ministério da Justiça durante o segundo governo Vargas, ele vai se encaixar bem em uma linha de pesquisa sobre “política” ou sobre “instituições”.

É possível que um professor ou professora pertença a mais de um programa de pós-graduação? A resposta é sim. Eu mesmo, entre 2019 e 2022, fui docente do PPGHIS da UNB e professor-colaborador do PPGHP da UNESPAR. Neste período, orientei pesquisas com enfoques bem diferentes, em sinergia com o programa de pós-graduação e a linha de pesquisa a que eu estava vinculado.

Às vezes, um projeto pode se encaixar bem em mais de uma linha de pesquisa, cabendo ao candidato ou candidata escolher a qual linha aderir. Alguns programas de pós-graduação podem exigir que se escolha a linha no momento do processo seletivo, enquanto outros só pedem isso depois da aprovação. A definição de uma linha de pesquisa vai indicar determinadas disciplinas que serão cursadas durante o mestrado e (quase sempre) delimitar quem vai realizar a orientação da pesquisa. Mas não se trata de uma divisão rígida dentro do programa – no dia a dia, as pessoas, independente de suas linhas, circulam livremente, encontram-se, debatem, cursam disciplinas juntas, enfim, fazem a mesmíssima pós-graduação.

Para fazer um mestrado é preciso passar em um processo seletivo disputado, com diversas etapas – que pode ser longo, difícil e quase sempre muito concorrido. O número de vagas não é fixo, geralmente variando entre 15 e 25 por ano. Essas vagas são distribuídas por todas as linhas de pesquisa do programa e valem para todos os candidatos e candidatas, não importa a modalidade de ingresso. As bancas não são obrigadas a preencher todas as vagas. Isso significa que um processo seletivo pode oferecer 20 vagas, receber 40 inscrições, mas aprovar apenas 18 ao avaliar que os demais projetos e candidatos ou candidatas não preencheram os requisitos mínimos de ingresso naquele programa.

Em geral, os editais dos mestrados em História são tornados públicos pelos programas de pós-graduação por volta de julho e agosto, com todas as etapas do processo ocorrendo até novembro ou dezembro,

para início das turmas no ano seguinte. Mas não há regra. Há programas de pós-graduação que fazem seus processos mais cedo – nosso caso aqui na UnB, cujos editais são publicados por volta de maio, visando ingresso de novas turmas no segundo semestre do mesmo ano. Infelizmente, não existe nenhum *site* que reúna todos os editais de mestrados em História que são publicados no Brasil. Esta seria uma ótima prestação de serviços! Por ora, é preciso acompanhar os *sites* dos programas para os quais se deseja candidatar e ficar de olho nos prazos de cada um. Dica: crie uma pasta em seu navegador com os links dos programas para os quais você pretende aplicar e anote em sua agenda no celular os prazos de cada um deles. As inscrições, atualmente, costumam ser feitas exclusivamente por meio de sistemas eletrônicos.

Os programas de pós-graduação podem solicitar diferentes documentos no ato de inscrição. Aqui na UnB, por exemplo, no sistema de ampla recorrência é solicitada uma ficha pessoal preenchida, projeto de pesquisa, cópia de diploma de graduação (ou declaração de provável formando), histórico escolar de graduação, exemplar digital do currículo lattes atualizado, número de registro no *Open Researcher and Contributor ID* (já já falarei mais sobre ele), cópia do documento de identidade, cópia do documento ou do comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e comprovante do recolhimento da taxa de inscrição. Quando aprovado, o mestrando ou mestranda ganha um número de matrícula e carteira de estudante.

Ao longo do mestrado, o mestrando ou mestranda vai cursar disciplinas, vai ter um orientador ou orientadora, participar de uma turma e ocupar-se de diversas atividades acadêmicas, como apresentação de trabalhos, desenvolvimento de artigos, produção de relatórios para agências de fomento à pesquisa e, claro, vai assistir às aulas. O mestrado é um título, mas para obter esse título não basta a aprovação em todas as disciplinas e participação adequada nas demais atividades acadêmicas: é preciso escrever uma dissertação (logo mais vamos explicar o que ela é) e que esta dissertação seja aprovada por uma banca de professores doutores e/ou professoras doutoras.

Alguns editais de mestrado estabelecem que o candidato ou candidata deve ser graduado/a em História ou em área afim em curso superior credenciado e reconhecido pelo MEC, enquanto muitos outros não estabelecem área da graduação, devendo apenas este curso de graduação ser

reconhecido e credenciado pelo MEC. Na minha graduação em História, lembro de um professor que tinha mestrado e doutorado em História, mas era graduado em Física. A maioria dos programas permite que o candidato ou candidata participe do processo seletivo enquanto ainda está terminando sua graduação. Mas, no ato da inscrição no mestrado, em caso de aprovação, essa pessoa precisa apresentar um certificado oficial de conclusão da graduação. Não há um tempo mínimo ou máximo de formado como pré-requisito para o mestrado: tanto faz você ter se graduado há um mês ou há 20 anos. Não faz diferença ainda se você se graduou em uma universidade particular ou pública, se em curso presencial ou a distância, se estudou em um grande centro urbano ou numa cidade do interior, nem mesmo se o mestrado que você quer fazer está dentro da sua universidade de origem ou não. É a competência do candidato ou candidata nas diversas etapas do processo seletivo que vai definir a aprovação ou não. Mas, atenção: não existe um Sistema de Seleção Unificada (SISU) para mestrados. Cada mestrado possui seu próprio processo seletivo.

Não há, vale dizer também, restrição territorial: é possível fazer o mestrado em qualquer estado da Federação. Se a pessoa for aprovada no processo seletivo, ela poderá fazer sua matrícula normalmente, não importa onde nasceu ou reside atualmente, desde que tenha condições, claro, de estar presente nas aulas, reuniões e outras atividades acadêmicas. Atualmente, no Brasil, só há mestrados em História no formato presencial. No exterior há algumas opções à distância. Também é possível fazer mestrado no Brasil com um período determinado de estudo e/ou pesquisa no exterior (falaremos sobre isso mais à frente). É possível fazer o mestrado com bolsa de estudos ou sem bolsa de estudos. A ordem de classificação no processo seletivo costuma ser um dos critérios para definir quais estudantes cursarão o mestrado como bolsistas.

2. MESTRADO X ESPECIALIZAÇÃO

HÁ DOIS TIPOS de pós-graduação no Brasil: a pós-graduação *stricto sensu* e a pós-graduação *latu sensu*. A pós-graduação *latu sensu* engloba os *Master Business Administration* (MBAs), que são bastante comuns para profissionais de áreas como Administração, Engenharia e Economia, e as chamadas especializações. Possuem duração mínima de 360 horas e geralmente são cursadas entre 12 e 18 meses. Nesse tipo de *pós*, há várias disciplinas, um orientador ou orientadora e um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Apenas portadores de diploma de curso superior podem se matricular.

A pós-graduação *latu sensu* confere ao estudante um certificado de conclusão e não um diploma, pois não se trata de um título. Ela pode ser oferecida por instituições credenciadas e deve atender ao disposto na Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007. Este dispositivo, no entanto, deixa claro já em seu primeiro artigo que “os cursos de pós-graduação *latu sensu* oferecidos por instituições de educação superior devidamente credenciadas independem de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, e devem atender ao disposto nesta Resolução”.

Os cursos *latu sensu* são quase sempre pagos e muitos são oferecidas nas modalidades presencial e online. São comumente encontrados em universidades privadas, embora algumas instituições públicas também as ofereçam, e até mesmo de graça. Um exemplo é a especialização gratuita em *Divulgação e Popularização da Ciência*, oferecida presencialmente na cidade do Rio de Janeiro através da parceria entre o Museu da Vida da Fiocruz, a Casa da Ciência da UFRJ, a Fundação Cecierj, o Museu de Astronomia e Ciências Afins e o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Dados de 2019 mostram que há cerca de duas mil instituições de ensino que oferecem cursos de especialização em nível de pós-graduação nas modalidades presencial e EAD, sendo que 91% dessas instituições são privadas. Na internet, existe um *site* do MEC por meio do qual é possível

procurar cursos de especialização, filtrando a pesquisa por instituição, unidade da federação, área, curso, modalidade, município e situação: <https://emec.mec.gov.br/>. Durante a escrita deste livro, usei este *site* para fazer uma busca apenas por especializações em História e encontrei mais de 2.300 resultados. Um deles é a especialização “Estudos sobre a história da África e formação da cultura afro-brasileira e indígena”, oferecida desde 2014 por uma entidade de ensino superior privada, a Faculdade Pio Décimo, localizada em Aracaju, Sergipe. Essa pós-graduação *latu sensu* possui carga horária de 400 horas, com 18 meses de duração. É oferecida na modalidade presencial, com 35 vagas e tem periodicidade regular. O mais legal deste sistema online do MEC é que nas fichas de cada pós-graduação é possível encontrar e baixar o documento de criação do curso, produzido pela instituição que o oferece.

A expressão latina *lato sensu* significa “em sentido amplo”. Falamos em especialização porque o pós-graduando ou pós-graduanda vai estudar uma única área específica de seu campo do conhecimento. Na graduação em História, estuda-se muitas macroáreas: História Medieval, História Antiga, História Contemporânea etc. Na pós-graduação *latu sensu* nós reduzimos o nosso foco a uma dessas áreas ou a um subcampo da historiografia. É possível, por exemplo, fazer uma especialização em História do Mundo Contemporâneo, ou ainda, uma especialização em História das Religiões. Ainda assim, repare que esta é uma formação de escopo amplo. Quando se fala de Mundo Contemporâneo, estamos falando de temas que vão desde Revolução Francesa até a Globalização.

A pós-graduação *stricto sensu*, por sua vez, compreende o mestrado (com duração de 2 anos) e o doutorado (com duração de 4 anos). *Stricto sensu* é uma expressão latina que significa “em sentido específico”. Podemos dizer que no mestrado, o olhar do pesquisador ou da pesquisadora é bem mais microscópico. Ele/ela analisa um/uma personagem, um evento, um conceito, um autor ou autora, um pequeno período. No mestrado, o/a estudante produz uma dissertação, enquanto que no doutorado ele/ela produz uma tese. Os dois produtos são muito parecidos. No doutorado exige-se mais de quem pesquisa: seu trabalho precisa ser maior e mais detalhado, precisa ser bem mais original e ambicioso. Uma dissertação possui, mais ou menos, 200 páginas, enquanto uma tese de doutorado pode chegar a 500 páginas. Tanto quem faz doutorado, como quem faz mestrado deve dar uma contribuição significativa para a historiografia; mas a pressão

neste sentido é menor no mestrado, afinal, entende-se que este é o “primeiro grande voo solo” da pessoa no campo da pesquisa acadêmica. Para cursar o mestrado, como vimos, é preciso ter algum diploma de graduação reconhecido pelo MEC e atender às exigências das instituições de ensino em que a *pós* é oferecida. Não é preciso ter uma pós-graduação *latu sensu* para fazer um mestrado.

Assim como ocorre com os cursos de especialização, também existe uma plataforma de referência que reúne todos os cursos de pós-graduação *stricto sensu* avaliados no Brasil pelo MEC. É a Plataforma Sucupira (<https://sucupira.capes.gov.br/>), que é muito conhecida pelos coordenadores de pós-graduação, já que é por meio dela também que são enviadas as produções de seu corpo docente e outras informações, a fim de que o programa seja avaliado pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES). As notas da CAPES variam de 3 a 7, sendo 3 a pior e 7 a melhor. No momento em que escrevo, a Plataforma Sucupira me informa que há 82 programas de pós-graduação em História no Brasil. A maioria desses programas estão em universidades estaduais e federais. É o caso da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), no município de Chapecó, em Santa Catarina, que possui, de acordo com a plataforma Sucupira, um mestrado acadêmico em História funcionando desde agosto 2016. A área de concentração deste mestrado se chama “Fronteiras, Migrações e Sociedades”.

Em dezembro de 2019, o Instituto Semesp, que reúne empresas mantenedoras do ensino superior privado, divulgou os resultados de uma pesquisa inédita intitulada "Cursos de especialização *lato sensu* no Brasil". Essa pesquisa revelou que o número de estudantes matriculados/as em cursos de especialização no país é três vezes maior do que os/as estudantes que fazem mestrado ou doutorado. Este número teve uma subida recente: nos quatro anos anteriores à pesquisa, as matrículas na especialização subiram 74%, contra 18% no mestrado e 9% no doutorado. Ainda segundo a pesquisa, considerando-se a população com 24 anos ou mais de idade, estima-se que 5,7 milhões de pessoas tenham concluído um curso de especialização de nível superior, o que corresponde a 4,1% da população desta faixa etária no Brasil. Este número é três vezes menor em comparação aos que concluíram a graduação (19 milhões).

3. A HISTÓRIA DO MESTRADO EM HISTÓRIA

DURANTE MUITO TEMPO não havia mestrados em História no Brasil. Quem quisesse fazer mestrado na área precisava sair do país. Isso começou a mudar no início da década de 1970, logo após do processo de institucionalização das pós-graduações no país, impulsionada a partir do Parecer nº 977/65 do Conselho Federal de Educação, que definiu e fixou as características dos cursos de mestrado e doutorado no Brasil.

O primeiro curso de mestrado em História credenciado pelo antigo Conselho Federal de Educação foi o da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Essa primeira experiência teve início em outubro de 1972. O mestrado era oferecido na área de História do Brasil, com as opções de História Econômica e História Demográfica, que faziam muito sucesso naqueles anos. Mas antes desses mestrados já havia outros em funcionamento, embora ainda não reconhecidos formalmente pelas instâncias superiores.

Os mestrados em História pioneiros em nosso país foram criados por aqueles que depois se tornariam o Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo (USP) e o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), em 1971. Os paulistas começaram a sua experiência mesclando nomes consagrados da historiografia – como Eurípedes Simões de Paula e Olga Pantaleão –, com os de jovens historiadores – como Fernando Antonio Novais e Edgard Carone. Em pouco tempo, o novo mestrado da USP passou a receber estudantes que vinham de outras áreas, da Economia à Engenharia. Já no caso dos fluminenses, o processo de organização e execução do mestrado em História contou a liderança de Aidyl de Carvalho Preis e Francisco Falcon (Vainfas, 2017, p.3). A primeira dissertação foi ali defendida em 29 de julho de 1974, intitulada “A Evolução do Sistema Financeiro na Época Vargas”, de Geraldo de Beauclair Mendes de Oliveira (ele próprio viria a ser professor do Instituto de História da UFF), orientado

pelo historiador norte-americano especializado em História do Brasil, Stanley Hilton. Essa dissertação teve 67 páginas, um número bem menor do que a média das dissertações atuais, que têm cerca de 150/200 páginas. Na época, explica Falcon, foram contratados historiadores que estudavam História do Brasil, popularmente conhecidos como “brazilianistas”, caso do citado Hilton, orientador de Oliveira, e também de Richard Graham. “Os motivos dessa opção por professores norte-americanos e não por professores da USP, por exemplo, têm a ver, segundo a professora Aidyl Preis, com uma oferta da CAPES no sentido de financiar sua contratação” (Falcon, 2013, p.25).

Em poucos anos, outras regiões do país foram ganhando os seus mestrados em História. O Centro-Oeste ganhou o seu primeiro na Universidade Federal de Goiás (UFG), em 1972. Pouco depois, em 1976, foi a vez da UnB. No Nordeste, o pioneirismo foi da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que teve seu mestrado em História inaugurado em 1974. Esse mestrado formaria gerações de historiadores e historiadoras que depois atuariam em vários estados brasileiros. É curioso notar como o processo seletivo do mestrado em História da UFPE, assim como muitos outros da época, tinham exigências bem diferentes das de hoje. Em anúncio publicado no *Diário de Pernambuco*, em 1973, o professor Vamireh Chacon, então coordenador daquele mestrado, listava os requisitos para a inscrição no processo seletivo, dentre os quais estavam: “título de eleitor”, “atestado de idoneidade moral” e “exame psicológico”. Os pernambucanos ofereciam 25 vagas (número próximo ao da maioria dos mestrados atualmente) e a nota mínima para aprovação era 7. Até o final de 2019, de acordo com dados oficiais daquele programa de pós-graduação em História, foram aprovadas 636 dissertações de mestrado e 238 teses de doutorado (o doutorado entrou em funcionamento em 1991).

Em 1977, a historiadora Cecília Maria Westphalen, que atuou por muitos anos como professora do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, publicou na Revista Brasileira de História (RBH) um estudo inédito sobre a situação dos programas de pós-graduação em História no Brasil. Naquele ano, segundo levantamento de Westphalen, estavam em funcionamento 6 programas de mestrado em História no país, com clara concentração nas regiões sul e sudeste: USP (1971), UFF (1971), UFPR (1972), PUC-SP (1972), PUC-RS (1973) e UFPE (1974). No total, já tinham sido titulados 83 mestres em História no Brasil: 29 pela USP, 21

pela UFPR, 18 pela PUC-SP e 15 pela UFF. Nessa listagem, a historiadora não incluiu o programa da Universidade Federal de Goiás (UFG) por “não considerá-lo Programa autônomo, mas como extensão do Programa da Universidade de São Paulo, que, mediante Convênio, enviou os professores que ministram disciplinas, sendo que os concluintes defendem suas dissertações na própria USP” (Westphalen, 1977, p.410).

Desde então, os programas de pós-graduação em História no Brasil cresceram e se consolidaram; deixaram as grandes capitais e se interiorizaram, alcançando mais e mais parcelas da sociedade. As políticas públicas dos dois primeiros governos Lula (2003-2010) foram fundamentais para o desenvolvimento do Ensino Superior como um todo. Muitos investimentos foram feitos em universidades do país inteiro, aumentando o número de instituições de ensino, docentes e discentes. A maior dessas políticas foi certamente o (Programa) de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que de acordo com o Decreto Nº 6.096/2007, que o instituiu, tem por objetivo “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.” Os resultados vieram rapidamente: o número de municípios atendidos por universidades federais passou de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011. Desde o início da expansão foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação.

Outro capítulo importante desta história é o dos mestrados profissionais em História. Em 2003, foi aprovado o primeiro mestrado profissional em História no Brasil, na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, voltado para a questão de bens culturais e projetos sociais. Em 2014, foi a vez do primeiro mestrado profissional em rede nacional, o ProfHistória, voltado para a qualificação de professores e professoras de História que atuam no Ensino Básico.

Nos últimos 10 anos, com a expansão das políticas afirmativas e de reparação histórica, um número crescente estudantes negros, negras e indígenas, oriundos de escolas públicas, vem tendo acesso aos programas de pós-graduação em História. Em 2020, Izaque João se tornou o primeiro indígena Kaiowá a defender uma dissertação em História, na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Ainda há muito mais a se fazer para

ampliar o acesso à pós-graduação e torná-la mais plural, mas já podemos perceber as turmas de pós-graduação se tornando mais diversas, ainda que este esteja sendo um processo muito lento. Hoje, as turmas dos cursos de pós-graduação em História expressam muito mais representatividade do que no passado. Essas mudanças têm muitos efeitos positivos. Os temas, os debates e os projetos de pesquisa são alguns desses efeitos.

Segundo Carlos Fico, Claudia Wasserman e Marcelo de Souza Magalhães, ex-coordenadores da área de História na CAPES, o período de 2000 a 2018 viu a proliferação de novos cursos, em diferentes instituições e regiões do Brasil. “Dos 62 cursos de mestrados acadêmicos existentes, 38 cursos, ou 61%, foram criados nos últimos dezoito anos. No caso dos doutorados, no mesmo período foram criados 24 dos 38 cursos existentes, ou 63%. Tal intensificação fica mais evidente com os dados sobre os cursos de mestrado profissional: um dos cursos foi criado em 2003, ficando solitário por quase uma década, e os nove restantes entre 2012 e 2016” (Fico; Wasserman; Magalhães, 2018, p.268).

Apenas três estados da federação não possuem, atualmente, mestrados acadêmicos em História. Todos estão na região Norte: Acre, Roraima e Tocantins. Por outro lado, esses estados possuem o mestrado profissional em Ensino de História, o ProfHistória. O estado do Rio de Janeiro é o estado com o maior número de programas de pós-graduação em História: 25 no total. Ele é seguido por Rio Grande do Sul (14), São Paulo (13) e Minas Gerais (12). Esses dados mostram que, apesar dos avanços expressivos registrados nos últimos 20 anos, os mestrados em História ainda se concentram na região Sudeste.

Em 2022, algumas das experiências pioneiras de mestrado em História celebraram 50 anos. É o caso da UFG, que na ocasião publicou o *e-book* gratuito “50 anos de Pós-Graduação em História na UFG”, organizado por Marlon Salomon e outros pesquisadores e pesquisadoras. Também é o caso da UFPR, que celebrou os seus 50 anos de seu Programa de Pós-Graduação em História com uma série de homenagens e discursos. Use o *QR Code* abaixo para ler, na íntegra, o discurso da então coordenadora deste programa, a professora Ana Paula Vosne Martins:



[OceanofPDF.com](https://oceanofpdf.com)

4. MESTRADO ACADÊMICO E MESTRADO PROFISSIONAL

HÁ DOIS TIPOS de mestrado em História: o mestrado acadêmico e o mestrado profissional. Os títulos são equivalentes. O mestrado acadêmico é o modelo mais antigo e comum no Brasil, que surgiu no início da década de 1970 no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Paraná. Em geral, quem faz mestrado acadêmico deseja seguir carreira acadêmica. Se o seu desejo é ser professor ou professora do Ensino Superior, por exemplo, esse é o primeiro passo. Se você quiser se candidatar a uma vaga de pesquisador em um centro de pesquisa histórica, o mestrado acadêmico também é um pré-requisito. Mas ele pode ser procurado por pessoas que não têm a pretensão de seguir a carreira acadêmica. Profissionais de diferentes áreas que buscam qualificação de uma forma geral, por meio de pesquisa histórica, são muito bem acolhidos em um mestrado acadêmico, sem qualquer tipo de discriminação.

O mestrado profissional é muito parecido com o acadêmico, mas com uma diferença fundamental: ele é focado na prática profissional. Isso não quer dizer que não haja pesquisa ou produção de conhecimento. Tudo isso está lá, mas sempre a serviço da atuação profissional. Hoje, como vimos, há mestrados profissionais voltados para professores e professoras do Ensino Básico e para quem atua na área de bens culturais. Assim como o mestrado acadêmico, o profissional também é feito em dois anos, existe a figura do orientador ou orientadora, há bolsas de estudos, diferentes linhas de pesquisa, processo seletivo e várias disciplinas que deverão ser cursadas. Ao final do curso, a depender do mestrado profissional, o mestrando ou mestranda deverá escrever uma dissertação ou texto dissertativo (algo entre um projeto e um relatório técnico), além de outros produtos possíveis: guias, oficinas, relatórios, canais audiovisuais, documentários, dentre outros.

O mestrado profissional em História nos incentiva a colocar nossa atividade profissional no lugar de objeto de pesquisa: um de seus objetivos, com isso, é consolidar a relação entre universidade e mercado, produzindo

reflexão crítica dos processos e práticas profissionais cotidianas, de modo a desnaturalizá-las, analisá-las e a melhorá-las. Ele não se restringe às atividades na área de Educação, em especial na Educação Básica, onde atuam a maioria dos historiadores e historiadoras, sendo comum em muitos outros espaços e mercados, como arquivos, bibliotecas e empresas privadas. Na minha opinião, os mestrados profissionais ainda vão se expandir muito nos próximos anos, graças à Lei 14.038 de 2020, que regulamenta a profissão de historiador no Brasil.

No Brasil, o maior e mais conhecido mestrado profissional em História é o Mestrado Profissional em Ensino de História, o ProfHistória, criado em 2014. O ProfHistória é um mestrado profissional bem peculiar do ponto de vista organizacional. Ele é oferecido em rede nacional. A coordenação nacional está no Rio de Janeiro, na UFRJ, mas o ProfHistória está espalhado em diversas universidades pelo Brasil. É como uma espécie de “franquia”. Atualmente, o ProfHistória é o maior projeto de formação continuada de docentes em História do país. Seu maior objetivo é proporcionar formação continuada de qualidade aos docentes de História. O ProfHistória prevê 420 (quatrocentos e vinte) horas de atividades didáticas, correspondentes a 28 (vinte e oito) créditos entre disciplinas obrigatórias, optativas, eletivas e a defesa da dissertação. A organização curricular deve observar rigorosamente o projeto acadêmico pedagógico do ProfHistória, estruturado nas seguintes Linhas de Pesquisa:

- I. Saberes históricos no espaço escolar;
- II. Linguagens e narrativas históricas: produção e difusão;
- III. Saberes históricos em diferentes espaços de memória.

No momento em que escrevo este livro, a rede do ProfHistória conta com 39 instituições de Ensino Superior associadas. Ele igual em todos os lugares? De forma alguma! Quando o projeto foi lançado, eu entrevistei para o Café História a professora Marieta de Moraes Ferreira, especialista em Ensino de História e que por muitos anos foi coordenadora nacional do ProfHistória. Ela explicou essa estrutura de rede do ProfHistória da seguinte maneira:

“O que embasa o nosso trabalho vai muito mais na linha da teoria da História e da historiografia: desnaturalizar o conhecimento histórico. Tanto que na prova de seleção nós não colocamos uma bibliografia. Nós colocamos temas: memória, identidade, História e temporalidade, etc. São temas básicos para se falar da construção do conhecimento histórico. As

disciplinas obrigatórias também possuem uma orientação nessa direção, enquanto que as disciplinas optativas podem ser criadas pelos próprios núcleos regionais. Até porque a realidade é muito diferente. Imagine um grupo de professores da Universidade Federal de Santa Maria ou da Universidade Federal do Rio Grande ou da Universidade Federal de Tocantins. São realidades muito diferentes. Então, provavelmente, é fundamental para a Universidade Federal do Tocantins ter, por exemplo, um curso sobre cultura indígena. Enquanto isso, na região sul, é fundamental ter uma disciplina sobre imigração alemã. Essa diversidade temática das disciplinas optativas vai ficar a cargo de cada núcleo regional” (Moraes, 2014).

Pode se candidatar a uma vaga no ProfHistória quem possui diploma de curso superior de Licenciatura em História devidamente registrado no MEC e que esteja ministrando aulas de História em qualquer ano da Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio) e também na Educação de Jovens e Adultos. Além de uma dissertação, o mestrado do ProfHistória demanda o desenvolvimento de um produto, em geral a ser aplicado em sala de aula, especialmente com estudantes, professores e professoras. Esse produto pode assumir muitas formas a depender da criatividade e da prática do mestrando ou mestranda: documentário, exposição, material didático, programas audiovisuais, projeto de intervenção em escola, em museu ou outros espaços. Eu participei de várias bancas de defesa de dissertações do ProfHistória. Em uma, o produto final foi um canal no YouTube, enquanto em outras duas foram guias escritos que visavam ajudar docentes a trabalharem com memes históricos em sala de aula. Todas foram experiências riquíssimas.

Tabela 1. Quadro de disciplinas do PROFHISTORIA da UNIRIO. Fonte: reprodução do site da Unirio.

Disciplinas e Seminários	Créditos / horas
Teoria da História	4/60
História do Ensino de História	4/60
Optativa	4/60
Optativa	4/60

Eletiva	3/60
Seminário de Pesquisa	3/45
Seminário Tutorial	3/45
Defesa da Dissertação	3/45
Total	28/555

Como vimos, os professores não são os únicos contemplados por mestrados profissionais em História. Vejamos o caso do Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais, da FGV/RJ. Surgido em 2003, ele é o pioneiro no país dentre os mestrados profissionais na área de História. Segundo explica o seu *site*, o programa “pretende qualificar profissionalmente aqueles que, tendo concluído o curso de graduação, atuem ou queiram atuar no planejamento, elaboração, desenvolvimento, gestão, assessoramento, difusão, acompanhamento ou avaliação de atividades e propostas voltadas para bens culturais – como acervos, patrimônio, centros de memória e de cultura, exposições e eventos – ou para projetos sociais – em especial aqueles que tomam a cultura como via privilegiada para o desenvolvimento da cidadania.” Não só formados em História que atuam na área cultural podem se interessar por este mestrado, mas turismólogos, museólogos e produtores culturais também, só para citar alguns exemplos. Outro exemplo desta diversidade é o Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Minas Gerais, que, segundo seu *site*, “visa formar profissionais capacitados para atuar como agentes ativos nos processos de preservação, conservação e difusão do patrimônio cultural e natural brasileiros”.

Desde 2019, a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) oferece o Programa de Mestrado em História Pública (PPGHP), o primeiro do gênero no país, com duas linhas de pesquisa: “saberes e linguagens”, “memórias e espaços de formação”. Ele é um mestrado acadêmico, mas tem várias características que encontramos em um mestrado profissional, visto que o historiador público atua em diversos espaços não acadêmicos, promovendo a História para diferentes audiências e em diversos espaços sociais. Fui professor-colaborador deste programa entre 2019 e 2022. Durante esse período, dei aulas, conferências e orientei um aluno que

estudava histórias em quadrinhos. É um programa muito original e que tem tudo para crescer nos próximos anos. Uma das coisas que mais me chamou a atenção durante meu período como colaborador do PPGHP da UNESPAR foi a diversidade dos trabalhos: em 2022, Renan Lourenço da Fonseca defendeu a dissertação “História Pública e Orientalismo: investigações sobre cultura oriental e Zen Budismo a partir da persona de Monja Coen”, e em 2021 Camila Onofre se tornou mestra ao apresentar o trabalho “Cinema de horror e História Pública: Um olhar sobre as representações das mulheres nos filmes Grave (2017) e Orgulho e preconceito e zumbis (2016)”.

OceanofPDF.com

5. O MESTRADO É PAGO OU GRATUITO?

NO EXTERIOR, é comum que os mestrados sejam pagos e alguns não são nada baratos. Mas, no Brasil, isto é incomum, especialmente para os mestrados e doutorados acadêmicos em História. No âmbito das universidades públicas (e até em algumas privadas), os mestrados não possuem mensalidades, havendo apenas o custo da taxa de inscrição (e cada programa de pós-graduação tem suas regras para isenção). O candidato ou candidata, claro, precisa sempre ser aprovado no processo seletivo para ingressar no mestrado – seja ele pago ou não.

No Brasil, todos os mestrados em História que são pagos estão dentro de universidades particulares. Desde dezembro de 2006, a Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), em Niterói, no Rio de Janeiro, por exemplo, oferece um curso de mestrado acadêmico em História com duas linhas de pesquisa: “Sociedade, Movimentos Populacionais e de Cultura” e “Políticas, Movimentos Sociais e Memória”. Este mestrado é pago, mas concede vagas de gratuidades, chamadas por muitos de “bolsa de estudo”. Segundo edital de 2022 deste programa de mestrado, a universidade oferece “10 bolsas institucionais de 100% do valor cobrado na semestralidade, 5 bolsas institucionais de 50% do valor cobrado na semestralidade e 5 bolsas institucionais de 25% do valor cobrado na semestralidade do curso”. Outro mestrado em História pago é o do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul (UCS), que tem valores diferenciados, pagos em 24 ou 36 parcelas, para egressos da UCS e para a comunidade em geral.

Fora do Brasil a maioria dos mestrados em História são pagos. Veja o caso do mestrado em História oferecido pela Universidade de Évora, de Portugal. Ele tem cinco áreas de especialização: História Antiga, História Contemporânea, História da Arte, História Medieval e História Moderna. Lá o curso tem duração de quatro semestres e funciona no regime diurno.

Estudantes internacionais pagam uma taxa anual de 2.500 euros. Esse valor pode ser parcelado em até 10 vezes e há oferta de bolsas sociais e de mérito.

Mas isso quer dizer que as universidades particulares só oferecem mestrados pagos? Não. Algumas das mais tradicionais e importantes universidades particulares brasileiras possuem mestrados e doutorados em que não se paga mensalidades e onde é possível até mesmo obter bolsas de agências públicas de fomento à pesquisa. O funcionamento desses mestrados é muito parecido com o das universidades públicas, desde o processo seletivo até as atividades acadêmicas. Os professores são altamente gabaritados e os cursos, em geral, possuem boa nota nas avaliações da CAPES. Esse é o caso da maioria das PUCs e também da FGV. O Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio, por exemplo, tem nota 6 na CAPES (numa escala de 3 a 7) e é muito procurado por quem trabalha com Teoria da História. Desde 2007, a instituição integra o grupo de universidades que oferece o ProfHistória.

Porém, como vimos, na maioria esmagadora dos mestrados não há pagamento de mensalidade. Nestes casos, não pagar mensalidade é regra para todos os que ingressam no curso e nada tem a ver com “bolsa de estudo” como isenção de mensalidade. Aqui, quando falamos em receber uma bolsa de estudo ou bolsa de pesquisa no mestrado ou doutorado, em geral, nos referimos a receber um “salário” como pesquisador proveniente dos programas de fomento/incentivo à pesquisa. E é possível fazer o mestrado com ou sem esta bolsa. Então, você pode entrar no mestrado, não pagar mensalidade e ainda receber um salário para realizar sua pesquisa? Sim. Mas é preciso verificar as regras de cada programa de pós-graduação e a disponibilidades de bolsas na respectiva instituição. Se as regras não estiverem claras ou você ficar com dúvida, pergunte diretamente ao coordenador ou coordenadora ou ao secretário do programa se há pagamento de mensalidade (no caso de instituições privadas), se há possibilidade de bolsas, quantas bolsas o programa possui para distribuir aos mestrandos e mestrandas e que tipo de bolsas são.

Embora você faça um mestrado gratuito, isso não quer dizer que você não terá gastos. Assim como na graduação, você terá que desembolsar o valor do seu transporte, e da sua alimentação, terá que pagar por livros e cópias de textos. No que diz respeito a eventos acadêmicos, os programas de pós-graduação possuem editais específicos para eles, e aí você pode

receber um valor que auxilia na inscrição, na compra de passagem aérea e da hospedagem. Mas fique atento, pois você não vai conseguir participar de vários eventos acadêmicos em um mesmo ano com esses editais, que são limitados. Atualmente, eu diria que a permanência em programas de pós-graduação, e não o seu ingresso, têm sido o grande desafio para mestrandos e mestrandas de todo o Brasil. Afinal de contas, o país tem visto o escalonamento da inflação, valores defasados de bolsas e redução sistemática de verbas destinadas à programas de pós-graduação.

OceanofPDF.com

6. ESCOLHENDO O MESTRADO

NÃO TEM MUITO SEGREDO. A escolha de qual mestrado em História fazer depende basicamente: de suas pretensões profissionais, da região em que você mora e do seu projeto de pesquisa. Vamos pensar primeiramente em tipos de mestrado, isto é, se acadêmico ou profissional. Neste caso, a sua atuação profissional tende a ter um peso bem grande. Se você é professor ou professora de História no Ensino Básico, seu plano de carreira é na área de Educação e seu interesse é refletir academicamente sobre a prática docente, o mestrado profissional em ensino de História, o ProfHistória, me parece a melhor opção. Se você não é docente, mas o seu foco de pesquisa está voltado para sua atuação profissional que envolve a área de História, outro mestrado profissional da área pode ser a escolha certa para você. Mas isso não é uma regra fechada, claro! Não há nenhuma obrigatoriedade de seu projeto de pesquisa estar diretamente vinculado à sua atividade profissional atual. Você pode focar sua escolha no seu interesse de pesquisa.

Vamos pensar agora na diversidade dos mestrados acadêmicos. Se você tem um projeto de pesquisa sobre a escravidão no século XVII, no Peru e no Brasil, talvez um mestrado em História Comparada seja a melhor pedida – como vimos, a UFRJ oferece um mestrado deste tipo. Agora, se você pesquisa a política patrimonial brasileira, pode ser que um mestrado com uma linha sobre bens culturais seja o mais apropriado. Se você examina a participação de uma determinada empresa no golpe civil-militar de 1964, talvez o mestrado em História Política faça mais sentido.

Caso a sua cidade não ofereça um mestrado com um domínio ou área de concentração que coincida muito com o seu projeto, não há motivos para desistir. Verifique sempre as linhas de pesquisa que o mestrado oferece. Veja o caso do PPGHIS/UFRJ. Ele é um mestrado em História Social, mas possui três linhas de pesquisa que ampliam bastante o seu escopo: “História das relações de poder, das instituições e das territorialidades”; “História da cultura, da cultura científica e

historiografia”; “História das práticas e das culturas políticas”. Uma delas pode acolher muito bem o seu projeto de pesquisa.

Alguns alunos e alunas costumam me perguntar se vale a pena conversar com algum professor ou professora do mestrado pretendido antes de fazer o processo seletivo, sobretudo para perguntar se ele ou ela teria interesse em orientá-los ou até mesmo para dar uma “olhadinha” no projeto de pesquisa que será usado no processo seletivo. Não existe unanimidade quanto a isso. Alguns professores ou professoras não veem problema algum nesse tipo de abordagem e até a encorajam – muitas vezes conseguem ajudar quem está iniciando uma proposta de pesquisa em sua área de expertise. Outros preferem não fazer isso, talvez porque receiam que a pessoa possa interpretar equivocadamente que a “olhadinha” no projeto e qualquer sugestão de alteração seriam algum tipo de garantia de aprovação no processo seletivo. Aliás, um docente manifestar interesse em orientar sua pesquisa significa que ele ou ela gostou ou tem afinidade com sua proposta, tema e/ou recorte, e não que você vai ter vantagem no processo seletivo.

Caso você queira ser docente de História no Ensino Superior, existe uma questão estratégica muito importante que deve ser levada em consideração na hora de escolher o mestrado: se ele deve ser mesmo em História ou em outra área. Não entendeu? Eu explico com o meu próprio exemplo. Como falei na Introdução deste livro, eu fiz o meu mestrado em Memória Social, que é uma área interdisciplinar muito próxima da História. Depois do doutorado, comecei a fazer concursos para Departamentos de História. E eis que comecei a me deparar com um grande problema: boa parte dos editais de concurso exigiam graduação, mestrado e doutorado em História. Eu tinha graduação, especialização, doutorado e pós-doutorado em História, mas não podia sequer me inscrever nesses concursos, porque simplesmente eu não tinha mestrado na área. Eu não pude fazer cerca de 50% dos concursos que gostaria por isso. Esta é uma realidade, quer você goste ou não. Então, se você quer ser professor ou professora de História em universidade, fazer o doutorado ou o mestrado em outra área pode tornar seu sonho mais ou menos fácil.

Outra forma de escolher um mestrado em História é levar em conta a nota que o programa de pós-graduação obteve na última avaliação quadrienal da CAPES. Como o próprio nome diz, a CAPES faz, a cada quatro anos, uma avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil. Essa avaliação leva em conta dezenas de aspectos: internacionalização, produção

discente, produção docente, impacto econômico, inovação, qualificação dos docentes, número de formandos, entre outros. Essas notas vão de 3 a 7. A nota 3, a mais baixa, significa recomendação de descredenciamento, o que, na prática, significa proibição de entrada de novos alunos e alunas no programa. Programas de nota 6 e 7 são considerados os de excelência. Quanto maior a nota da CAPES, maior o número de bolsas e maior tende a ser o orçamento do programa. Não é uma avaliação perfeita, longe disso, pois nenhum *ranking* acadêmico é plenamente seguro, justo ou mesmo neutro, mas ele nos oferece algum parâmetro de qualidade.

A avaliação referente ao período 2017-2020, a última disponível até agora, mostra que a área de História é formada por 82 programas de pós-graduação (vou chamar de PPGHs), entre profissionais e acadêmicos, dos quais 80 foram avaliados pela área de História da CAPES nesta mais recente avaliação quadrienal (dois programas novos, da UECE e da UNIR, tiveram início apenas em 2021). Esses 80 programas foram avaliados da seguinte forma: 6 PPGHs nota 7, todos acadêmicos; 5 PPGHs nota 6, todos acadêmicos; 22 PPGHs nota 5, sendo 20 acadêmicos e 2 profissionais; 30 PPGHs nota 4, sendo 25 acadêmicos e 5 profissionais; 17 PPGHs nota 3, sendo 12 acadêmicos e 5 Profissionais. Quer saber quais são os seis PPGHs avaliados com nota 7? São os da: UFF, UFMG, USP, UFRGS, UFRJ e da UNICAMP. Como os programas profissionais ainda são relativamente jovens no Brasil, é compreensível que nenhum ainda tenha conseguido nota 7.

Por fim, nada de desanimar por causa da idade. Não há idade limite para (voltar a) estudar. Você pode ser recém-formado ou recém-aposentado, não importa. Se você reúne condições para fazer a pós-graduação, ou mesmo a graduação, vá em frente. Em 2018, li uma reportagem no G1-RJ que contava a história de um idoso que se formou em História aos 79 anos. Valdir de Lima trabalhou como lapidador, foi supervisor de gráfica, motorista profissional e carregador no cais do porto. Perdeu a esposa ainda cedo e enfrentou vários problemas de saúde. A educação formal, por isso, sempre acabou ficando de lado. Mas quando a vida deu uma brecha, ele foi atrás. Aprendeu a ler e a escrever com mais de 65 anos, após assistir às aulas do Telecurso 2000 pela televisão. O diploma do Ensino Médio saiu em 2004. No dia 22 de março de 2018 ele recebeu o seu diploma em História pela Universidade Estácio de Sá. “Eu estava muito emocionado.

Levantei o canudo como se estivesse levantando uma bengala, foi libertador, uma grande satisfação”, disse Seu Valdir a reportagem do G1.

OceanofPDF.com

7. AS AGÊNCIAS DE FOMENTO

SE VOCÊ DESEJA ter bolsa de estudo/pesquisa enquanto faz o seu mestrado em História, é bom ler este capítulo com muita atenção. Agências de fomento são agências governamentais (pelo menos a maioria) que fomentam a pesquisa científica no Brasil por meio da concessão de bolsas e outros tipos de apoio, financeiros e não financeiros. Há agências desta natureza em nível federal e em nível estadual.

Essas bolsas, como já dissemos, são pagamentos mensais que funcionam como um salário para o pesquisador – cada bolsa possui suas regras, valores e contrapartidas, dependendo de qual agência a fornece e a que ação ou política pública pertence. Não há bolsas deste tipo para especialização (pós-graduação *lato sensu*) ou MBA, apenas para mestrado, doutorado e pós-doutorado. As bolsas geralmente têm a duração da pós-graduação (24 ou 48 meses) e são concedidas em função dos critérios definidos pelos programas e/ou pelas agências. Pode acontecer de o aluno ou aluna receber a bolsa no meio de seu mestrado e então, a bolsa vai ter duração menor, se encerrando junto com sua pós-graduação. Também pode acontecer de o mestrando ou mestranda solicitar prorrogação do prazo final de entrega de seu trabalho e, com isso, ter que dar continuidade à pesquisa durante esse período sem o benefício da bolsa. A colocação do candidato ou candidata no processo seletivo é o que costuma definir a distribuição de bolsas entre os aprovados, bem como as reservas de vaga previstas em edital.

Para obter uma bolsa, o mestrando ou mestranda não precisa entrar em contato com as agências de fomento. Tudo é feito dentro da pós-graduação, que todo semestre gerencia um número *x* de bolsas e as distribui segundo os critérios estabelecidos em seu edital.

As duas principais agências de fomento do Brasil são federais: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ambas fundadas em 1951, no segundo Governo Vargas. O CNPq está subordinado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e a

CAPES, ao Ministério da Educação. As duas têm sede em Brasília, no Distrito Federal.

Embora as duas agências sejam reconhecidas por seus papéis no financiamento da pesquisa no Brasil, o escopo delas vai muito além. O CNPq, por exemplo, é o responsável por duas grandes plataformas voltadas para os pesquisadores: a *Plataforma Lattes*, na qual os acadêmicos que atuam no país desenvolvem e hospedam um *currículo vitae* próprio, o *currículo lattes*; e a Plataforma Carlos Chagas, que reúne informações sobre bolsas, auxílios, encaminhamento de projetos, andamento de processos, emissão de pareceres, prestação de contas e outros recursos fundamentais para quem trabalha com pesquisa no Brasil.

Já a CAPES também tem a missão de avaliar programas de pós-graduação, os periódicos científicos e os livros científicos. Ela disponibiliza as informações coletadas sobre o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) por meio da *Plataforma Sucupira*, na qual é possível acessar bancos de dados da Avaliação Quadrienal dos Cursos de Pós-Graduação no Brasil, da Qualis, que é a avaliação dos periódicos científicos, entre outros.

Também há agências de financiamento à pesquisa no âmbito estadual. São as chamadas Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs). A mais “poderosa” de todas (com mais recursos) é a de São Paulo, a FAPESP, que além de conceder bolsas, também edita a maior revista de divulgação científica do país, a *Revista Pesquisa Fapesp* – a qual eu recomendo muitíssimo a assinatura anual, que é muito barata, e estudantes de graduação têm desconto. Atualmente, todos os estados da Federação e o Distrito Federal possuem uma FAP. As FAPs são associadas ao Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap).

Nos últimos anos, algumas entidades privadas têm contribuído também para o desenvolvimento da pesquisa científica no país, embora não concedam bolsas para a todas as áreas, como fazem a CAPES, o CNPq e a FAPESP. É o caso do Instituto Serrapilheira, que tem como fundadores os banqueiros João Moreira Salles e Branca Vianna Moreira Salles, e do programa de Bolsas do Banco Santander. Mas o peso das instituições privadas na pesquisa científica e na divulgação científica nacional é muito pequeno. O grosso da pesquisa no Brasil é feito mesmo com dinheiro público. E eu acho que essa via deve ser mesmo a principal. O fomento da pesquisa no país deve ser, na minha opinião, uma função do Estado, já que é

uma área estratégica. É a pesquisa científica, afinal, a grande responsável por contribuir para a resolução de problemas sociais e estruturais do país.

Nos últimos anos, a ciência brasileira tem passado por momentos turbulentos. O setor, que já havia registrado perdas orçamentárias desde o Governo Dilma (2010-2014), com a pandemia do novo Coronavírus e a catástrofe do Governo Bolsonaro (2018-2022), chegou a patamares críticos. Houve paralisação de muitas pesquisas em todas as áreas, redução do número de bolsas, ausência de reajustes e cortes nos orçamentos de muitos programas de pós-graduação. Em dezembro de 2020, o jornal *El País*, edição Brasil, publicou uma longa e completa reportagem sobre esse drama. Segundo esta reportagem:

“A sangria progressiva no ministério, iniciada em 2016, respinga no desenvolvimento de pesquisas. Mais de 60% delas são bancadas por uma tríade composta pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), além da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que é mantida pelo Ministério da Educação. Todas as frentes experimentam cortes em sequência, que devem se agravar no ano que vem. O CNPq vai amargar redução de 8,3% em seus recursos, contando, por exemplo, com apenas 22 milhões de reais para fomento à pesquisa, o que representa 18% do valor destinado em 2019. Já a Capes perde 1,2 bilhões em comparação aos 4,2 bilhões de reais que dispunha no primeiro ano do Governo Bolsonaro. A situação mais dramática se desenha no FNDCT, que sofrerá um corte de 4,8 bilhões de reais em 2021.”

O estrangulamento do financiamento à pesquisa abala o andamento das pesquisas e desestrutura a vida de milhões de pesquisadores, incluindo aí os historiadores e historiadoras. Atrasos de repasses podem prejudicar ou até mesmo interromper o funcionamento da pós-graduação. Atrasos ou calotes no pagamento de bolsas de estudos aos mestrandos e mestrandas, aos doutorandos e doutorandas inviabilizam a vida de quem se dedica às pesquisas de pós-graduação. Essas bolsas, como vimos, são os “salários” dos pesquisadores e pesquisadoras, que devem ser vistos não apenas como estudantes, mas como trabalhadores e trabalhadoras. Todos esses problemas culminam em verdadeiros “apagões” na ciência brasileira. Os mais atingidos são os pesquisadores de mais baixa renda, que não possuem alternativa ao financiamento do governo e acabam desistindo da carreira,

mas todos os pesquisadores são afetados, com diferentes graus de comprometimento de suas vidas profissionais e pessoais. Uma das consequências do desmonte científico é um movimento de diáspora de pesquisadores, isto é, pesquisadores que, sem chance de pesquisa no Brasil, vão trabalhar no exterior. Assim, perdemos vários de nossos talentos.

Em matéria sobre a crise na Ciência, a *Revista Pesquisa FAPESP* escreveu: “O Brasil tem um sistema de ensino, pesquisa e pós-graduação que ofereceu nas últimas décadas condições estáveis favoráveis para fazer ciência avançada, e esse conjunto de condições não é fácil de obter no exterior, onde a competição é grande”. Na avaliação do físico Luiz Davidovich, isso de fato costumava contribuir para manter os cientistas no Brasil. “Mais recentemente, porém, observo que muitos se propõem a abrir mão dessas condições para se estabelecer em instituições do exterior sem perspectiva de voltar.”

Em 2022, um grupo de pesquisadores preocupados com a situação da ciência no Brasil, entre os quais Renato Janine Ribeiro, atual presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), publicou um artigo na *Folha de S. Paulo* alertando para uma triste marca: as bolsas de estudo alcançavam àquela altura o menor valor da história, o que vinha ocasionando um fenômeno bizarro: programas de pós-graduação altamente qualificados tinham vagas ociosas. Em 1995, sublinham os pesquisadores neste artigo, uma bolsa de doutorado era R\$ 1.073,00, o equivalente, à época, a dez salários mínimos e possibilitava comprar 12 cestas básicas. Em 2022, uma bolsa de doutorado, no valor de R\$ 2.200 equivale a menos de salários mínimos e compra apenas três cestas básicas.

No momento em que escrevo este livro, o último reajuste de bolsas por parte das agências de fomento no âmbito federal ocorreu no longínquo ano de 2013. Como se isso não fosse suficiente, um agravante: mesmo esse valor defasado tem sido honrado com dificuldades. É o que aconteceu agora em dezembro de 2022. O Ministério da Economia do Governo Bolsonaro bloqueou mais de 5 bilhões de reais, o que fez com que a CAPES informasse a impossibilidade de pagar mais de 200 mil bolsas de estudo e pesquisa naquele mês. Dentre essas 200 mil bolsas, estavam 14 mil bolsas de residência médica e 100 mil bolsistas de mestrado e doutorado. O montante destinado para esses pagamentos acabou sendo desbloqueado alguns dias depois, após enorme mobilização de estudantes, professores e professoras, reitores e reitoras, artistas e parlamentares, mas os danos

emocionais já tinham sido produzidos. Não espanta, assim, os crescentes problemas de saúde mental entre pós-graduandos e pós-graduandas, os recorrentes trancamentos de matrícula, a evasão de talentos para o exterior e a desistência cada vez mais comum da vida acadêmica.

OceanofPDF.com

PARTE II - O PROCESSO SELETIVO

OceanofPDF.com

1. VISÃO GERAL

EU SEI BEM: o processo seletivo é o grande “bicho papão” para muitos candidatos ou candidatas ao mestrado em História. São muitas dúvidas, medos e anseios, sobretudo porque, em geral, esse processo é desconhecido pela maioria das pessoas. Mas a admissão no mestrado só se dá por meio de processo seletivo. Então, é preciso encará-lo de frente com determinação e confiança.

O processo seletivo do mestrado costuma ter muitas etapas, como análise documental, projeto de pesquisa, prova oral (ou entrevista), prova escrita, prova de línguas e análise de currículo. Cada programa de pós-graduação define as etapas e o peso que cada uma terá na contagem final das notas. A maioria atribui notas de 0 a 10 a algumas dessas etapas, sendo 7 a nota mínima para a aprovação. Algumas etapas vão ter peso “1”, o que significa que se a pessoa tirou nota 10 naquela etapa, isso contribuirá com exatamente 10 pontos no cálculo da nota final. Já outras terão peso “2”, o que significa que se a nota foi 10, a contribuição desta etapa na nota final será de 20 pontos (10 multiplicado por 2).

São alguns meses de seleção desde a abertura do edital até à divulgação final dos resultados, a depender do calendário e os processos burocráticos de cada programa de pós-graduação. É preciso ter paciência e atenção: é de inteira responsabilidade dos candidatos e candidatas acompanhar as atualizações do cronograma do certame. Caso não concorde, é possível recorrer do resultado de uma ou mais etapas ou, ainda, contestar tópicos do edital através de recursos, desde que interpostos nos prazos indicados.

Uma coisa muito importante: nem todo processo seletivo tem as mesmas etapas. A PUC-Rio, por exemplo, não exige projeto de pesquisa, sendo o seu processo composto apenas por três fases: prova escrita (eliminatória), prova de entrevista (eliminatória) e prova de língua estrangeira (classificatória, apenas para candidatos e candidatas aprovados/as). Como os processos podem variar, é um desafio escrever

sobre eles, mas não se desespere. O que escrevo aqui vai acabar servindo para todos em alguma medida.

Todo processo seletivo de mestrado é regido por um edital e os candidatos e candidatas precisam ficar muito atentos a ele, pois aqui vale aquela velha máxima: “o edital é a *lei* do concurso”. Penso que ler na íntegra e entender todo o edital é a etapa “zero”, o início do processo. Como são documentos curtos, podem ser lidos rapidamente. É preciso seguir rigorosamente o que dizem todos os seus dispositivos para começar com o pé direito.

A inscrição em quase todo processo seletivo de mestrado é paga e o pagamento é feito através de uma Guia de Recolhimento da União (GRU). Muitos programas de pós-graduação têm opções de isenção de pagamento de taxa, em geral para pessoas de baixa renda mediante comprovação de renda, mas podem haver outros casos. A UFRGS, por exemplo, estabelece em seu edital de 2022 que candidatos e candidatas indígenas terão direito à isenção automática do pagamento da taxa.

Por fim, acho que vale a pena repetir uma ponderação que fiz na Introdução: as informações que você encontrar adiante não necessariamente vão te fazer entrar no mestrado. Eu vou dar dicas, sugestões, vou “bater um papo” com você quanto ao que costumam ser considerado boas práticas em nossa área, mas o que vai ser decisivo é o seu conhecimento e a sua proposta de pesquisa. Dito isso, vamos analisar o processo seletivo!

2. PROVA ESCRITA

A PROVA ESCRITA costuma ser a primeira fase dos processos seletivos do mestrado em História. Essas provas são eliminatórias e, para quem passa por elas, são ainda classificatórias. Então, você deve se preparar bem antes de fazer esse tipo de avaliação.

Esse tipo de prova tem vários objetivos, dentre os quais eu destacaria dois: (1) avaliar o conhecimento historiográfico do candidato ou candidata e (2) avaliar sua capacidade de comunicar ideias com clareza por meio da concatenação das ideias e do desenvolvimento de argumentos lógicos. Mas é preciso dizer (uma vez mais) que os programas possuem autonomia para definir seus critérios de avaliação, que podem ser mais ou menos amplos. Esses critérios geralmente são descritos nos editais de seleção – fique atento a eles. A UFBA, por exemplo, assim definiu os seus critérios avaliativos no processo de 2022: “correção no uso da língua portuguesa; estruturação do texto com introdução, desenvolvimento e conclusão; correlação eficiente entre a bibliografia indicada e as questões propostas pela banca; demonstração de conhecimentos sobre a historiografia”.

Os programas de pós-graduação costumam divulgar uma lista bibliográfica junto do edital, o que auxilia candidatos e candidatas em seus planejamentos de estudos. Essa bibliografia pode ser obrigatória (quase sempre é), e aí o candidato deve se ater a esses autores e autoras citadas, ou pode ser de referência, sendo permitido citar autores e autoras não presentes nesta bibliografia. O mais comum hoje é encontrar uma lista bibliográfica obrigatória. Seja como for, o programa não tem qualquer dever de fornecer as obras indicadas na bibliografia do edital, cabendo isso ao candidato ou candidata. No entanto, na maioria das vezes, essas obras são livros que se encontram em bibliotecas universitárias com relativa facilidade ou são artigos que podem ser facilmente encontrados e baixados legalmente na internet. No edital de 2022 aqui da UnB, o texto diz que “a prova escrita versará sobre a bibliografia listada”. Essa lista compreende cinco

referências. Repare que todas são artigos publicados em periódicos científicos com *download* gratuito:

CURTO, Diogo R.; DOMINGOS, Nuno; JERÓNIMO, Miguel B. A Europa e a Ásia: histórias e historiografias comparadas. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 15, p. 148-167, 2014.

MBEMBE, Achille. O tempo que se move. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 24, p. 369-397, 2015.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*, vol. 29, n. 59, p. 607-626, 2016.

SETH, Sanjay. Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva? *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 11, p. 173-189, 2013.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. “Em busca das origens da História Global: Aula Inaugural proferida no Collège de France, em 28 de novembro de 2013”. *Estudos Históricos*, vol. 30, n. 60, p. 219-240, 2017.

Como são as provas em si? Mais uma vez, isso vai variar, mas quase sempre as provas escritas do mestrado em História são elaboradas por uma banca formada por docentes do próprio programa. As questões dessas provas devem ser respondidas através de um texto dissertativo e argumentativo. A PUC-Rio tem tradição de uma prova escrita com três questões, uma para cada linha de pesquisa de seu programa de pós, devendo o candidato ou candidata escolher apenas duas para responder. Para ser aprovado e convocado para a prova de entrevista, etapa subsequente do processo seletivo, a pessoa deve tirar nota igual ou superior a 7 (até onde eu sei, essa é a nota mínima de todos os mestrados em História no Brasil que possuem a etapa da prova escrita, mas vale a pena verificar no edital do processo no qual você optar por se inscrever).

É comum os programas de pós-graduação não permitirem consulta e nem uso de anotações nesta fase, mas é possível que alguns permitam, durante toda a duração da prova ou apenas em parte (no início, por exemplo) – as regras constam no edital. A prova escrita costuma ser feita presencialmente (embora a pandemia tenha provocado mudanças em certos processos) e o candidato ou candidata dispõe de duas, três ou até quatro horas para fazê-la. Ela deve ser escrita à mão e, quase sempre, em papel timbrado do programa de pós-graduação. Muitos programas pedem que se chegue com uma hora de antecedência, portando documento de identidade e caneta esferográfica azul ou preta.

A maioria dos programas opta por não permitir nenhuma forma de identificação destas provas para que a correção seja feita “às cegas”. Cada programa tem sua estratégia, mas usualmente se usa como identificação apenas o número de inscrição ou um código a este relacionado. Quem corrige as provas é a banca examinadora, e isso pode levar alguns dias, a depender da quantidade de provas. Essa banca tem composição heterogênea (docentes de diversas linhas a integram) e pode ter três, quatro ou mais pessoas. Toda a banca faz parte do quadro permanente da instituição e é formada por docentes credenciados em linhas de pesquisa do programa em questão.

O que pode ser considerado uma boa prova? Não existe uma fórmula, mas a minha experiência me faz acreditar em boas práticas que podem aumentar as suas chances de ser aprovado em uma prova escrita. Em primeiro lugar, use a norma culta da língua. Evite gírias, expressões ou construções frasais muito coloquiais. Adote como referência a linguagem usada por você na sua monografia ou no TCC da graduação. Você deve evitar notas de rodapé, mencionando no corpo do texto os autores e autoras, os seus conceitos e as suas principais ideias e posições. Por exemplo: “Segundo Eric Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*, o ato de matar se tornou impessoal nas guerras modernas”. Se houver consulta ao material bibliográfico, o candidato ou candidata pode citar, entre parênteses, o número da página de onde tirou uma citação direta, mas evite fazer muito esse tipo de citação. Atenção! Mais do que citar autores e autoras desenfreadamente, dialogue com eles/elas. Isso mostrará à banca que você não apenas conhece um determinado autor, como também sabe o que fazer com ele. Cuidado para você não se perder e sua resposta se tornar um “copia e cola” da produção de outros autores e autoras ao invés de reflexões, ponderações e argumentos seus. Não perca de vista o seguinte: a banca está mais preocupada em avaliar a capacidade de análise e reflexão do candidato ou candidata e como se ele ou ela se posiciona em um debate historiográfico, do que ler uma coletânea de citações (sejam diretas ou indiretas).

Na elaboração do texto, é importante ter clareza nos argumentos. Para isso, orações curtas e objetivas costumam ser de grande valia. Eu acredito também que o candidato ou candidata deve buscar um equilíbrio na historiografia utilizada: tão importante quanto demonstrar conhecimento de obras clássicas é trazer para o texto novas discussões e novas obras. Isso

fará com que sua prova se destaque em comparação às outras. Ficou complicado? Pois bem, vamos supor que uma questão da prova peça para você discutir um determinado aspecto da chamada História Cultural. Você pode ter certeza: a maioria dos candidatos e candidatas, se não todos, vai utilizar Roger Chartier e Peter Burke. Você também pode utilizar esses autores, que são ótimos, mas pode ser seu diferencial trazer outros e outras “para a conversa”. Por que não usar Beatriz Sarlo, Gilberto Freire e Hans Ulrich Gumbrecht? Outra coisa que pode contribuir para tornar a sua prova mais interessante aos olhos do examinador é mostrar que os seus conhecimentos vão além da historiografia europeia, incluindo autores e autoras latino-americanos ou africanos, por exemplo (se sua matriz é toda eurocêntrica, está aí uma meta de estudos para você começar já). Só tenha cuidado para não misturar autores e autoras que não tenham a menor sincronia em termos intelectuais e metodológicos – a não ser que você esteja fazendo um debate historiográfico e essas diferenças sejam objeto de suas observações.

Além disso tudo, eu diria: fique atento ao relógio, pois o aplicador da prova precisa ser implacável quando der a hora. No início, no lugar de sair escrevendo sua resposta de primeira, faça um pequeno rascunho, rabisque algumas ideias, estabeleça alguns pontos que indiquem começo, meio e fim para o seu texto. Isso costuma ajudar na otimização do tempo. Jamais faça do seu texto um fichamento da bibliografia indicada, pois o que a banca quer é outra coisa: ela deseja saber sua análise crítica acerca desses autores e autoras e dessa historiografia. Uma outra dica: coloque uma roupa confortável e não dispense um casaco, mesmo que o dia esteja quente, pois muitos programas têm ar condicionado e você não precisa de um desconforto físico atrapalhando sua concentração.

Na graduação, os/as estudantes estão acostumados/as a fazer avaliações de conhecimentos temáticos e muito específicos. Uma prova de mestrado costuma ser diferente. Dificilmente você encontrará uma questão, por exemplo, pedindo para explicar a eclosão da Primeira Guerra Mundial ou as principais características do fenômeno da santidade na baixa Idade Média. As provas de mestrado costumam girar em torno de questões de teoria da História, de historiografia e de metodologia. Questões transversais como memória, identidade, modernidade, gênero e raça estão em alta atualmente. Os editais são boas orientações quanto a isso, a partir da bibliografia indicada. Mas para além dessas orientações, estude o perfil dos

professores e professoras que fazem parte do programa. Seus mais recentes livros ou artigos podem ajudar a imaginar que direção a prova pode tomar. Estudar a produção dos integrantes da pós-graduação na qual você pretende ingressar pode indicar quais enfoques de pesquisa e reflexão têm sido debatidos mais recentemente no âmbito daquele programa.

Até onde eu sei, a maioria dos programas de pós-graduação em História no Brasil não tornam as suas provas de mestrado e doutorado públicas. Mas algumas fazem isso. É o caso da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), que disponibiliza gratuitamente na internet as provas de mestrado e de doutorado dos processos seletivos de 2013, 2014 e 2015. A prova de 2015, por exemplo, foi composta por quatro questões. Uma delas, a segunda, diz: “A obra *Por uma história política*, organizada por René Rémond, é um marco no campo da História Política. Em seus diversos textos apresentam-se novas propostas analíticas e abordagens sobre a temática. Através de um texto dissertativo relacione a nova História Política às eleições e aos estudos dos partidos políticos”. Já a questão 4 diz: “Roger Chartier, em *A História ou a leitura do tempo* (2009), reflete sobre as dimensões e narrativa que resultaram na chamada “crise da memória” nos anos 1980-90. Nesse texto, Chartier apresenta seu posicionamento a respeito da concepção da história transformada radicalmente em texto literário. Descreva a discussão expressa pelo autor e seus argumentos a respeito das leituras que colocam em dúvida o estatuto da verdade na história”.

Em setembro de 2017, eu produzi uma matéria para o Café História sobre dicas para a prova escrita do mestrado. Professores e professoras de diferentes programas de pós-graduação em História deram valiosas contribuições. Nesse especial, há uma dica que vale a pena reproduzir aqui na íntegra, pois pouca gente pensa nisso por achar que é “besteira”. Mas eu acho uma ótima última dica para encerrar este capítulo. Segundo André Lemos Freixo, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), “reserve o dia anterior à prova para relaxar, dar um passeio, ir ao cinema, à praia, ao parque etc. Na hora da prova, em geral de quatro horas, leve um pequeno lanche para comer quando sentir necessidade e uma garrafinha de água. Dizem que a sorte sempre sorri para os preparados, de modo que... preparem-se! E boa sorte!”

3. ENTREVISTA

A ENTREVISTA, por vezes também chamada de prova oral, é certamente a etapa do processo seletivo do mestrado que mais assusta os candidatos e candidatas. E pudera: ser inquirido/a por três, quatro ou cinco avaliadores academicamente experientes sobre os seus conhecimentos em História e seu projeto de pesquisa é receita para provocar frio na espinha e borboletas no estômago. Mas vamos com calma: a entrevista não precisa ser fonte de sofrimento.

São dois os objetivos fundamentais da entrevista, ao meu ver: saber um pouco mais sobre sua trajetória acadêmica e tirar dúvidas sobre o seu projeto de pesquisa. É possível haver perguntas sobre determinados conteúdos historiográficos? Sim, mas desde que sejam questões fundamentais para o seu projeto. Se você escolhe como metodologia micro-história, você deve estar apto a responder perguntas sobre essa abordagem. Não espere perguntas sobre história em geral ou questões factuais – não é esse o tipo de prova ou entrevista que te espera no mestrado. Então, minha sugestão de preparação para esta etapa é: estude o seu projeto de pesquisa, reveja suas escolhas metodológicas, saiba apontar quais são as suas fontes, domine o seu aporte teórico, conheça bem as obras e conceitos dos autores e autoras que você mobiliza no projeto, identifique os pontos fracos e fortes da sua proposta e como poderá compensar essas “fraquezas”, tente antecipar críticas e perguntas, formulando formas de responde-las. Conhecer bem a bibliografia da prova escrita é importante, mas a entrevista não foca nisso e sim no seu projeto.

Se o seu trabalho envolve micro-história, estude, como eu disse, micro-história; mas se o seu projeto tem uma perspectiva marxista, saiba responder perguntas sobre a metodologia do materialismo histórico. Se você está usando Michel Foucault ou Pierre Bourdieu no quadro teórico, saiba defender bem a pertinência destes autores. Se você vai se debruçar sobre a relação comercial entre Brasil e Estados Unidos às vésperas da Segunda Guerra Mundial, você precisa explicar para a banca quais são as fontes que

irá examinar, em que arquivos elas estão, como você vai ter acesso a elas e, neste caso, que você sabe ler inglês.

A entrevista, como você já pode perceber, tem muito a ver com a relevância do seu projeto e com a sua factibilidade. Por exemplo, se seu projeto, ou algo muito próximo dele, já foi desenvolvido inúmeras vezes antes por outros autores e autoras, então por que seria relevante desenvolver um projeto similar novamente? Se você tem um bom projeto, mas não sabe onde estão as fontes históricas ou sequer sabe se elas de fato existem, esse projeto não é factível e, portanto, não poderá ser aprovado. Tudo isso é considerado pelos avaliadores. Além disso, é na entrevista que a banca tem a oportunidade de verificar a autoria do projeto – se não foi você quem o escreveu, isso vai ficar muito evidente.

A banca pode explorar inúmeros caminhos na entrevista. Alguns são mais previsíveis e, por isso, você deve estar pronto para eles, dando boas respostas. É comum, por exemplo, que os membros da banca peçam ao candidato ou candidata que explique porque escolheu determinados autores e autoras no quadro teórico e não outros; a escolha da metodologia também podem ser outro objeto de dúvidas. Outras perguntas possíveis: como você se posiciona em relação à historiografia existente sobre o seu tema? Qual a pergunta central do seu trabalho e porque você a acha relevante?

Dominar o projeto é fundamental, como podemos ver. Mas acontece que a entrevista nem sempre se resume a isso. Há algo que muitas pessoas simplesmente esquecem e que é super importante nesta etapa do processo: conhecer bem o mestrado pra o qual o está se aplicando. A banca pode te perguntar porque você escolheu este determinado programa de pós-graduação, tal linha de pesquisa e/ou área de concentração. Pode querer saber se você tem algum orientador ou orientadora em mente e por quê. Então, tire um dia para estudar os professores e professoras do programa, suas pesquisas, entenda bem a linha de pesquisa que lhe interessa e a área de concentração, pense na relação de ambas com o projeto que você está defendendo. Todas essas informações vão constar no *site* da pós. Jamais force uma relação que não existe.

Muitos alunos e alunas me perguntam sobre a possibilidade de apresentar o mesmo projeto de pesquisa em programas de pós diferentes. Eles têm medo de que isso os prejudique, de que os professores e professoras que fazem parte da banca vão achar ruim e, portanto, que se fizerem isso, não vão passar. Eu respondo com a maior tranquilidade: tudo

minhocas da sua cabeça. Você pode aplicar seu projeto a vários programas de diferentes instituições, inclusive na mesma cidade. Não tem problema. Se o seu projeto de pesquisa guardar relação de pertinência com esses programas e se neles você tiver boas possibilidades de pesquisa e orientação, por que não? Nada impende. Isso não é ilegal e nem imoral. As bancas, além disso, não saberão que você está aplicando para vários programas – mas acho que o candidato ou candidata precisa ser sincero caso lhe perguntem se está participando de outro processo seletivo. E sugiro fortemente que você não se inscreva em vários programas só por aplicar: somente tente um programa de mestrado se tiver certeza que ele lhe cai bem. Caso contrário, melhor continuar apenas com um processo seletivo.

A banca certamente vai perguntar sobre sua disponibilidade para cursar as disciplinas e desenvolver as demais atividades acadêmicas do mestrado. Por mais que se subentenda que, uma vez mestrando ou mestranda, você assume a suas novas responsabilidades, sabemos que, às vezes, as pessoas avaliam de forma equivocada sua disponibilidade. O momento no trabalho está muito atribulado? Você não tem horas livres? Talvez não seja o momento do mestrado. Eu já tive ótimos orientandos, mas que por trabalharem de segunda à sexta, intensamente, sem dispensa de seus locais de trabalho, simplesmente não conseguiram terminar o mestrado ou fizeram uma dissertação que ficou muito aquém de suas próprias expectativas. Não pense em “eu não tenho tempo, mas vou dar um jeitinho”, porque o mestrado é daquelas coisas que não se resolvem com um “jeitinho”. Nesta pegada todos vão sair perdendo: você, o orientador e o programa. Portanto, se necessário, faço planos de longo prazo, organize sua vida para encaixar essa nova atividade com tantas demandas. E se você já está executando seu planejamento, mostre como você se organizou para dar conta do recado.

Que roupa devo usar? Não existe uma regra de vestimenta em entrevista de mestrado. E qualquer coisa nesse sentido poderia ser tolo e até mesmo elitista. Mas eu diria o seguinte: use uma roupa com a qual você iria para um trabalho em ambiente corporativo. Esqueça o terno ou um vestido longo! Você não está indo para um casamento ou para uma festa de formatura. Eu também não usaria um chinelo, pois você não está indo simplesmente à padaria comprar pão e leite.

Outras rápidas dicas para a entrevista: certifique-se de que o seu celular está desligado; fale pausadamente e de forma clara; olhe nos olhos

da banca; demonstre confiança, mostre que você confia muito no seu trabalho. Não tente decorar discursos, nem pontos, nada de repostas ensaiadas, procure ser espontâneo. Devo ou posso preparar uma apresentação de Power Point? De forma alguma! Não cabe. A entrevista é uma conversa olho no olho, pergunta e resposta, jogo bem rápido mesmo.

Você pode levar uma cópia impressa do seu projeto com você, mas não distribua nenhum material para a banca. Não leia nenhum material, no máximo algum trecho pequeno do seu projeto de pesquisa, caso seja necessário expor alguma ideia. Se receber alguma crítica ou questionamento, cuidado com a sua reação, não retruque, não é pessoal. Se não souber algo, diga simplesmente que não sabe – melhor do que inventar alguma coisa.

As respostas do candidato ou candidata devem ser objetivas, sem muita enrolação. Sua pesquisa não foi feita ainda, então, não tente responder coisas como se ela estivesse pronta. Se for pego de surpresa com alguma pergunta que não esperava, mas que você sabe responder, respire fundo e responda devagar, ganhe tempo para organizar as ideias. Se estiver muito nervoso e se enrolar no meio da fala, não se preocupe. Peça desculpas, diga para a banca que você está nervoso ou nervosa e que vai reiniciar a sua fala. Você é humano e a banca não vai te punir por isso. Do outro lado, há pessoas com empatia e que também já passaram por isso, pessoas que já estiveram onde você está agora. Não chegue atrasado, não “puxe saco” dos membros da banca, seja sincero.

Na maioria dos programas, a etapa da entrevista é eliminatória e classificatória. Para ser aprovado, a maioria dos programas exige 7 como nota mínima do candidato ou candidata. Uma entrevista pode durar entre 5 e 15 minutos. Se a sua entrevista durar 5 ou 15, isso não quer dizer nada, nem que você foi aprovado e nem que foi reprovado. A mesma coisa vale para caso os professores ou professoras façam poucas perguntas ou “perguntas demais”. Lembre-se: em um mesmo dia, a banca pode fazer mais de 10 entrevistas!

4. PROJETO DE PESQUISA

NA MINHA OPINIÃO, o projeto de pesquisa é a etapa mais importante de um mestrado em História, por um motivo muito simples: o mestrado gira em torno da pesquisa histórica. A pesquisa é a razão de existir do mestrado, mesmo no caso do mestrado profissional, onde há elaboração de outros produtos. A prova escrita e a entrevista demonstram os conhecimentos, a erudição e as competências de comunicação de um candidato ou candidata; o projeto de pesquisa demonstra tudo isso e mais uma coisa muito importante: o faro de pesquisador ou pesquisadora, isto é, a capacidade de recortar bem o tema, de identificar um objeto, de cercá-lo com a historiografia e de fazer as perguntas certas para um determinado fenômeno histórico. Quando o candidato ou candidata ao mestrado apresenta um ótimo projeto, já tem meio caminho andado.

Um projeto de pesquisa é o roteiro da pesquisa que será desenvolvida. Pode ser interpretado também como um “plano de ação” ou uma “carta de intenções”; é um comprometimento com o programa de mestrado. No projeto, você deve apresentar seu tema, seu objeto de pesquisa e a sua pergunta-problema. Além disso, você deve situar essa proposta de pesquisa dentro de uma historiografia pré-existente, indicando claramente quais as suas fontes, as suas hipóteses centrais e os objetivos de trabalho. E saiba que o projeto não está finalizado no ato do processo de seleção. Se você for aprovado para o mestrado, esse projeto de pesquisa certamente será modificado durante o mestrado em si. Esse processo de reavaliação e reescrita é supernormal. Todo mestrando e mestranda faz ajustes e adaptações no projeto apresentado na seleção. Este, inclusive, é o objetivo de algumas disciplinas do programa de pós-graduação em História.

É possível trocar de tema, fazer outro projeto completamente diferente? Por exemplo: entrou com um projeto sobre Revolução Constitucionalista de 1932 e três meses depois quis mudar para um projeto sobre a Orquestra Sinfônica de Roma durante o fascismo? Não é recomendável que a pessoa mude completamente de tema e de pesquisa, e nem sempre isso será possível, afinal ela foi aprovada no mestrado com

aquela determinada proposta de trabalho. Em alguns casos muito excepcionais, isso pode acontecer, mas é preciso verificar as regras da sua pós e obter a anuência do orientador e da coordenação do programa. Acredito que seja ainda mais difícil de se conseguir esse tipo de exceção em casos em que a pesquisa já está muito avançada no prazo ou quando já se passou pela banca de qualificação.

O projeto de pesquisa deve conter a proposta de uma pesquisa original e autoral. A depender do programa para qual o candidato vai aplicar, esse material costuma ter entre 10 e 20 páginas e é dividido por itens. O projeto deve seguir as regras da ABNT e as demais especificações do edital de seleção do mestrado. O candidato ou candidata deve ser o único autor do projeto. Algo que eu sempre sugiro aos candidatos e candidatas: contrate uma revisão ortográfica antes da submissão. É importante que o texto siga para a banca sem erros de pontuação, gramática e ortografia.

Para saber quais aspectos serão considerados na avaliação do projeto, o candidato deve ler com atenção o edital do mestrado para o qual está aplicando. Itens como “adequação da proposta à linha de pesquisa escolhida” e “adequação entre problema de pesquisa e fontes selecionadas” costumam estar em quase todos os editais.

As duas coisas mais importantes que eu considero em um projeto de mestrado em História são: a questão-problema e as fontes. Uma das maiores heranças do movimento dos *Annales* é a História-Problema. Isto é, uma história que é feita a partir de perguntas, de indagações sobre o passado, a partir do presente. Segundo os fundadores da famosa “escola” francesa, são as perguntas que contribuem para o avanço da historiografia. Eu concordo muito com isso, e acho que é exatamente isso o que os membros da banca primeiro vão procurar no seu projeto. Portanto, um bom projeto de mestrado em História começa com o estabelecimento de uma boa questão-problema. E quando eu falo em “questão-problema”, estou me referindo a uma pergunta mesmo, uma interrogação que deverá ser respondida ao final do mestrado. Essa pergunta precisa ser clara e objetiva. Às vezes, a pergunta principal pode se desdobrar em mais uma ou duas secundárias.

Com relação às fontes, podemos dizer que elas são os grandes fiadores do trabalho de pesquisa histórica. De nada adianta ter uma boa pergunta, um bom tema, hipóteses adequadas, cronograma factível e referencial teórico e metodológico pertinentes, se o candidato ou candidata não tem as fontes para realizar a pesquisa. Quando escrever um projeto de

pesquisa, o candidato precisa apontar que fontes irá usar informar onde estão localizadas e se elas estão disponíveis. Sem fontes não há pesquisa, simples assim. Como fazer um trabalho de História Demográfica sem registros de nascimento de morte? Como investigar um periódico científico sem ter acesso aos seus números e dossiês? Como examinar as relações diplomáticas entre Brasil e Chile nos anos 1980, se esses dois países mantêm boa parte da documentação diplomática do período ainda sob sigilo? Como propor uma pesquisa sobre a ocupação norte-americana da Alemanha no imediato pós-guerra, se todos os documentos de que preciso estão no *National Archives* em Washington, Estados Unidos? Como propor a análise da obra de um importante autor alemão, se o candidato não lê alemão e a obra está disponível apenas nessa língua? De que forma analisar um encíclica papal do século XVIII se ela só está disponível em latim e o candidato não sabe ler latim?

Um dos principais problemas que tenho visto, tanto na graduação quanto na pós-graduação, são projetos de pesquisa que possuem tema bem definido, mas não possuem objeto de pesquisa definido. Um projeto diz que vai “estudar como a imprensa brasileira noticiou o julgamento do criminoso de guerra nazista Adolf Eichmann”. O que temos aqui é apenas um tema: a cobertura da imprensa brasileira do julgamento de Adolf Eichmann. “Imprensa brasileira” é algo bem pouco preciso. Estamos falando de todos os jornais e revistas de todos os lugares? Não dá pra produzir um trabalho de investigação que dê conta de toda essa pluralidade. É preciso recortar o veículo, escolher uma seção do jornal, delimitar o período e região. A ideia de “cobertura” também não diz muita coisa. O que significa “estudar uma cobertura”? É necessário definir o enfoque.

Para escrever o projeto, é preciso estar muito atento aos modelos de projeto indicados nos editais de seleção do programa de pós-graduação pretendido. O edital de 2022 do PPGHIS/UFRJ, por exemplo, é muito claro no que pede:

“o projeto de pesquisa deverá ser identificado com o nome completo do candidato. O projeto deverá ser digitado em espaço 1,5, letra Times New Roman, corpo 12, em papel formato A4, margens de 2,5cm, com até 10 páginas de texto (afora a bibliografia), incluindo obrigatoriamente um resumo de 1 lauda. O projeto de pesquisa deverá seguir de modo absolutamente estrito as indicações constantes do “Roteiro para Elaboração de Projeto de Pesquisa” (ver Anexo II, parte integrante deste edital). O

título do arquivo deve incluir o nome do candidato, da seguinte forma: “NOME_projeto”.

O “Anexo II” do edital estabelece o que deve conter o projeto de pesquisa: título, resumo, introdução, objetivos, quadro teórico, hipóteses, metodologia e fontes, bibliografia. Esse é o roteiro, a propósito, de quase todos os projetos exigidos em pós-graduações.

Para o título, o mais comum em teses e dissertações é adotar a seguinte lógica: “Título curto, criativo e provocativo: um subtítulo mais careta, mas bem explicativo (entre parênteses, o período estudado)”. Eu acho uma boa fórmula. Depois, quando você for publicar sua dissertação, pode pensar em títulos mais ousados, menos acadêmicos e mais comerciais, mas para intitular o projeto, ou mesmo para a defesa da dissertação, minha sugestão é que um pouquinho de tradição e cautela não faz mal a ninguém. Veja o título dessa dissertação, defendida em 1992 por Pedro Puntoni no Mestrado em História Social da Universidade do Estado de São Paulo (UNESP): “A mísera sorte: a escravidão africana no Brasil holandês e as guerras do tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648”. É um exemplo que segue a lógica que eu acabei de mencionar.

Um erro muito recorrente em títulos de dissertações e teses é o esquecimento do corte temporal e do corte espacial. O título é aquele menor pedaço de informação de um trabalho monográfico: em poucos caracteres e palavras você deve colocar as informações mais importantes e essenciais do seu trabalho. E se há duas coisas que são fundamentais para o leitor é o corte temporal, isto é, o período que você estuda, e o corte espacial, isto é, o local que você examina. Lembre-se: o título é um metadado do seu trabalho. Quando o leitor for procurar por um tema na internet, ele precisa que os mecanismos de busca o levem até a sua dissertação. E para que isso aconteça, o seu título precisa ter as palavras-chaves corretas. Outra questão: nós, historiadores e historiadoras, gostamos de títulos longos. Você pode usar um título longo, não tem nenhum problema nisso. Mas eu evitaria títulos com mais de três linhas. Gosto de objetividade. Penso que informa melhor.

Na introdução, o autor ou autora deve explicar da forma mais objetiva e direta possível o que pretende desenvolver naquela pesquisa. A introdução é a grande vitrine do projeto. Quando começamos com uma boa introdução, o avaliador ou avaliadora costuma fazer uma leitura mais generosa de todo o trabalho, mesmo que as outras partes do texto não

tenham a mesma qualidade. Fale como se o leitor ou leitora nada soubesse a respeito do tema – e às vezes ele ou ela não sabe mesmo. Essa parte do texto deve ter cerca de três ou quatro páginas. Sugiro que você apresente já no primeiro parágrafo: o tema (por exemplo: o teatro romântico português no século XIX), o recorte do objeto (as peças históricas do dramaturgo português Almeida Garrett na década de 1830) e a questão-problema (qual conceito de história subjaz nas peças históricas de Almeida Garret). Nada de divagações longas no início da introdução. Esses itens devem ser enunciados objetivamente e nesta ordem, em um ou dois parágrafos. Depois de apresentar esses elementos, você poderá voltar a eles e desenvolvê-los com mais calma, na própria introdução.

Um erro que tenho visto com recorrência em introduções de projetos (e até em provas de mestrado) é o da “essencialização” (ou “totalização”). Isso ocorre quando o autor ou autora escreve orações essencialistas ou totalizantes sobre acontecimentos, personagens, narrativas e fenômenos. Precisamos ter muito conhecimento da literatura especializada e muita segurança para usar esses termos. Vou dar um exemplo: “durante muitos anos a historiografia silenciou sobre o assunto X”. A não ser que você tenha certeza absoluta de que os historiadores e historiadoras, de toda parte do Brasil e do mundo, nunca tenham abordado o *assunto X*, o mais correto (ou, ao menos, o mais seguro) seria falar em “parte da historiografia” ou “boa parte da historiografia” ao invés de “historiografia”.

Alguns programas de pós-graduação exigem o item “justificativa”, enquanto outros, não. Se o programa não exigir este conteúdo como um item separado, eu recomendo que ele seja integrado à Introdução. Há dois tipos de justificativa: a pessoal e a acadêmica. A justificativa pessoal tem a ver com o seu afeto, com os seus sentimentos e com a sua trajetória. Você pode ter escolhido aquele tema e objeto, por exemplo, porque eles têm a ver com a sua ideologia política, com a sua atuação em movimentos sociais ou, ainda, com uma curiosidade acadêmica que surgiu em uma aula da graduação. Já a justificativa acadêmica tem a ver com a historiografia. Em outras palavras, você precisa justificar a relevância acadêmica do seu trabalho, a maneira como ele se conecta com os trabalhos que outros pesquisadores e pesquisadoras já desenvolveram na área.

Na maioria das vezes, os objetivos de um trabalho se dividem em objetivos gerais e objetivos específicos. Ambos devem ser informados no projeto através de estruturas de tópicos e não em forma de texto corrido.

Todos os objetivos precisam ser claros e curtos. O objetivo geral é o seu grande ponto de chegada, uma espécie de quadro geral. Costuma haver apenas um objetivo geral. Veja dois exemplos em um trabalho hipotético: “o objetivo geral deste trabalho é compreender a relação entre o drama histórico de Almeida Garrett e a historiográfica nacionalista portuguesa da segunda metade do século XIX” e “o objetivo geral deste trabalho é empreender um estudo sobre as relações entre teatro e história em Portugal, na segunda metade do século XIX”. Repare que você, no objetivo geral, não deve repetir a questão-problema, mas as duas coisas estão conectadas. Já os objetivos específicos costumam ser menores. Eles devem contribuir para que os seus objetivos gerais sejam alcançados. Eu não colocaria mais do que três objetivos específicos no projeto. Dois exemplos: “determinar qual a relação de Almeida Garrett com os historiadores portugueses de sua época” e “identificar as estratégias narrativas de Almeida Garrett em seus dramas históricos”.

De acordo com José Oswaldo de Sordi (2017, p.97), autor de um manual de desenvolvimento de projetos de pesquisas, “o objetivo geral e os específicos devem transmitir uma unidade de informação bastante lógica e natural, o que significa sem sobreposições ou desvios; além disso, todos os específicos devem suportar o objetivo geral, ou seja, os objetivos específicos direcionam os trabalhos para o alcance do objetivo geral”.

O quadro teórico costuma dar muita dor de cabeça para os autores e autoras. Acredito que isso aconteça porque, em geral, temos pouca leitura no campo teórico, especialmente antes de entrar na pós-graduação, quando nosso trabalho ainda está em uma fase muito inicial, de forma que não tivemos ainda tempo para pensar nos conceitos e no aporte teórico mais apropriados com profundidade. Certa vez, durante uma conversa informal, um amigo meu, professor titular em uma grande universidade brasileira e muito reconhecido em sua área de atuação, comentou que achava equivocado que os projetos de pesquisa tivessem o item “quadro teórico” (ou “aporte teórico”), justamente porque é o tipo de coisa que não temos (e, na opinião dele, não precisaríamos ter) no momento da seleção de uma pós-graduação. E mais, para ele, mesmo nos casos em que o quadro teórico é apontado, é quase certo que este quadro não será mantido quando o trabalho, de fato, começar. Concordemos ou não com esse meu amigo, o fato é que muitos programas exigem esse item, então, temos que nos preparar para executá-lo da melhor maneira possível.

Eu sugiro, então, que esta parte do projeto tenha entre duas e três páginas. Nela, você deve explicar que conceitos e elementos teóricos embasam a sua reflexão. Por exemplo: em um trabalho hipotético sobre o conceito de história na obra do dramaturgo português Almeida Garrett, você poderia utilizar o conceito de “regimes de historicidade”, do francês François Hartog, ou o de “horizonte de expectativas”, do historiador alemão Reinhart Koselleck. Há muitas possibilidades, nenhuma necessariamente é melhor que a outra. Esta é uma decisão pessoal e que você poderá decidir se vai manter ou não depois, com o seu orientador ou orientadora. A ideia do quadro teórico é mostrar que você tem um quadro conceitual inicial e sabe como trabalhar com ele.

Falemos agora sobre as hipóteses. Assim como os objetivos, este item também deve ser descrito em estruturas de tópicos. O trabalho deve ter duas ou três hipóteses. A hipótese é como uma “conclusão” que você tem *a priori*. É uma suspeita. Essa suspeita, contudo, não é um mero achismo. Ela parte do seu conhecimento prévio, de sua intuição enquanto pesquisador ou pesquisadora. Você desenvolverá a pesquisa para verificar se serão confirmadas ou não – não tenha medo de errar, ao fim do mestrado, em suas hipóteses, pois isso é parte do processo. Dois exemplos de hipóteses: “Almeida Garrett reproduziu em seus dramas históricos a ideia de uma ‘história mestra da vida’, muito comum na historiografia do século XIX” e “Almeida Garrett desenvolveu sua perspectiva histórica do mundo depois de morar na França e entrar em contato com historiadores franceses”.

O item “metodologias e fontes” é outro que costuma dar dor de cabeça a quem escreve projeto de pesquisa. Ele tende a ocupar duas ou três páginas, como o anterior. A parte das fontes é tranquila: você deve verificar quais fontes você precisará para investigar sua hipótese, onde elas estão armazenadas e se estão acessíveis. Essa é uma apuração que você pode fazer assim que você começar a delinear o seu projeto, entrando em contato com arquivos e outros detentores de acervos. A internet facilitou imensamente esse trabalho. Na escrita, você simplesmente precisa indicar quais documentos serão examinados por você no mestrado, apontando a localização, o volume, a língua em que se encontram (e que você precisa dominar), a sua materialidade (são impressas ou digitalizadas) e estado de conservação.

A metodologia é a forma como você vai desenvolver o trabalho e o exame das fontes. Na escrita dessa parte do projeto, você deve esclarecer:

(1) como vou investigar minha hipótese de pesquisa e (2) com quais ferramentas vou fazer isso. Neste sentido, você deve informar como planeja estruturar a dissertação e como usará essas fontes. Trata-se, portanto, de um apontamento de caminhos no tratamento da informação. Pode fazer referência, também, a modelos metodológicos que existem para além do nosso trabalho, e que podemos pegar para nós, ainda que fazendo as adequações necessárias. Essas metodologias podem fazer parte do campo da História ou não, e estão quase sempre muito conectadas com o nosso quadro teórico. Alguns exemplos de metodologia, neste sentido: materialismo histórico, análise de discurso, análise de recepção, história conceitual, macro-história, história oral, análise fílmica, análise de redes, contextualismo (Escola de Cambridge) etc.

Finalmente, chegamos à parte final do projeto. Além do cronograma, onde é preciso indicar, realisticamente, por meio de tabela e agenda, o momento de cada uma das etapas, há que se indicar as referências bibliográficas. Há dois erros muito comuns em projetos de mestrado em História. O primeiro é um erro de excesso: colocar dezenas de títulos, dentre artigos e livros, mas a maioria sequer foi utilizada no decorrer do projeto. Em geral se faz isso ou para demonstrar erudição, ou porque se entendeu, equivocadamente, que “referências bibliográficas” é o espaço para se colocar todas as referências que o candidato ou candidata conhece sobre o tema, e não somente as que ele utilizou no projeto. Neste item, devemos colocar somente as referências que utilizamos no trabalho, aquelas que, efetivamente, nos ampararam na escrita do texto. O segundo erro é a escassez. Já cansada ou mesmo distraída, a pessoa cita um autor ou trabalho no corpo do texto, mas esquece de incluí-lo nas referências bibliográficas. Esse é fácil de se corrigir se esta checagem específica for incluída numa revisão cuidadosa depois que o projeto estiver pronto e ante de entregar para banca – então, anota aí um lembrete.

Muito ainda poderia ser dito quanto à elaboração dos projetos de pesquisa. Aqui você encontrou os itens que eu considero essenciais. Se você quiser ouvir outras vozes ou outras dicas, eu recomendo a leitura dos trabalhos a seguir. Eles vão ajudar você a produzir um projeto de pesquisa ainda mais sofisticado. São as obras que eu geralmente recomendo aos meus orientandos e orientandas, da graduação até o doutorado. Repare que nesta lista há trabalhos mais técnicos, que mostram o passo a passo da construção de um projeto de pesquisa formal, como o de Tania Regina de

Lucca, mas há também livros que ensinam como escrever bem, como os de Howard Becker e William Zinsser, e que ajudam a usar corretamente as vírgulas, como o de Maria Tereza de Queiroz Piacentini. Na minha opinião, um bom projeto de pesquisa não é aquele que está somente bem estruturado, mas aquele que consegue também produzir uma comunicação sem ambiguidade, sem erros gramaticais, de pontuação e ortografia, e, principalmente, aquele cuja redação é prazerosa e envolvente para o leitor.

BARROS, José d'Assunção. *O projeto de pesquisa em História*. Da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2014.

BECKER, Howard S. *Truques da escrita*. Para começar a terminar teses, livros e artigos São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LUCCA, Tania Regina de. *Práticas de pesquisa em história*. São Paulo: Contexto, 2020.

PIACENTINI, Maria Tereza de Queiroz. *Só vírgula*. Método fácil em vinte lições. EdUFSCar, 2021.

ZINSSER, William. *Como escrever bem*: O clássico manual americano de escrita jornalística e de não ficção. São Paulo: Fósforo, 2021.

5. CURRÍCULO

NEM TODOS os editais de mestrado em História avaliam a produção acadêmica do candidato. Isso gera enorme debate na área. Alguns colegas entendem que a avaliação da produção acadêmica nesta etapa da carreira é negativa porque estimula o produtivismo muito cedo, quando o pesquisador ou pesquisadora ainda nem domina uma área de estudo com tanta profundidade; mas para outros, essa avaliação tem o intuito de valorizar atividades como iniciação científica e monitoria, e a produção de artigos em revistas discentes.

Aqui na UnB, o nosso programa não avalia o currículo lattes, mas o candidato deve ter um currículo lattes. Em seu mais recente edital de mestrado, a Universidade Federal do Pará (UFPA) incluiu a análise do currículo lattes como uma etapa da avaliação – contudo, não tem caráter eliminatório, apenas classificatório. O candidato ou candidata deve ter o currículo atualizado e comprovado. E existe uma tabela de pontuação (que chamamos de *barema*) que estabelece pontos para diversos produtos acadêmicos, tais como: autoria e coautoria de livro, autoria e coautoria de artigo, apresentação de trabalhos em eventos científicos, docência no Ensino Fundamental e especialização.

Seja o currículo lattes uma etapa da avaliação ou não, é sempre importante mantê-lo atualizado, pois mesmo que a banca não vá lhe atribuir uma nota pelo que você desenvolveu ou deixou de desenvolver academicamente, ela pode consultar esses registros para conhecer você melhor. Além disso, se você for aprovado no processo seletivo, ter um currículo lattes não só é obrigatório, como também imprescindível. O currículo lattes é o *currículo vitae* do mundo acadêmico. É nele que inserimos todas as nossas atividades acadêmicas, desde oficinas e participação em congressos, até cursos e monitorias.

E lembre-se: a maioria dos atuais editais de mestrado em História exigem currículo lattes atualizado e também o número de registro no *Open Researcher and Contributor Identifier*, mais conhecido como ORCID. Trata-se de um identificador digital de objetos (DOIs). Ele é um número

pessoal e intrasferível que todo pesquisador deve ter. Esse número é usado por periódicos científicos, editoras e sistemas acadêmicos para identificar um pesquisador e rastrear os seus produtos acadêmicos, como livros e artigos. Ele parece um link de internet e pode ser feito gratuitamente aqui: <http://orcid.org>.

OceanofPDF.com

6. PROVA DE LÍNGUAS

PROVAS DE LÍNGUAS fazem parte de todos os processos seletivos de mestrado em História que eu conheço. Para fazer mestrado em História, o candidato precisa ter o domínio instrumental de um idioma estrangeiro. Mas o que isso quer dizer? Isso significa que o candidato deve saber ler e interpretar na língua estrangeira. Não se exige dos candidatos fluência na língua estrangeira, mas a capacidade de fazer a leitura de um livro, artigo ou documento, ou ainda de assistir uma palestra e entender o que está sendo dito. É isso que se avalia.

Qual a língua da prova? Depende do programa de pós-graduação. Em geral, os editais permitem que o candidato escolha entre três idiomas: espanhol, inglês e francês. Mas já vi muitos que limitavam a escolha entre inglês e francês. O candidato vai escolher o idioma que mais domina ou aquele que mais tem a ver com o seu projeto e pesquisa.

O formato da prova também vai variar de instituição para instituição, porém é comum que os candidatos encontrem algo assim: há um trecho de um texto historiográfico de cerca de uma página e algumas perguntas em português, que devem ser respondidas em português. Algumas provas pedem também a tradução de um pequeno trecho destacado no texto. O objetivo desse tipo de questão é justamente avaliar o grau de compreensão do candidato e a sua capacidade de tradução, escolhendo as palavras certas e demonstrando atenção quanto a falsos cognatos, por exemplo. Em quase todos os processos seletivos que conheço, é permitido ao candidato utilizar um dicionário na língua da prova.

As provas de idiomas costumam ser eliminatórias, mas não classificatórias. Ou seja, você pode ser reprovado do processo caso não alcance a nota mínima, mas caso você seja aprovado com uma nota não muito alta, isso não vai lhe causar prejuízos na classificação. Alguns programas permitem que o candidato ou candidata refaça a prova de língua um ano depois, caso não seja aprovado/a, mas essa é uma política que tem sido abandonada nos últimos anos. Se for este o seu caso, além de estudar a língua estrangeira por conta própria durante este ano de prazo estendido,

procure cursos de língua gratuitos ou aulas que você possa participar como ouvinte dentro da própria universidade.

Posso pedir dispensa da prova de língua? Em muitos casos, a resposta é sim. Os editais costumam prever vários casos em que isso é possível. Aqui no programa da UnB, no ato da inscrição no processo, o candidato pode anexar um certificado de proficiência em língua estrangeira, desde que emitido nos últimos 5 anos e por instituições devidamente regularizadas. Se o candidato tiver sido aprovado, recentemente, em provas como o TOEFL-ITP (*Test of English as a Foreign Language – Institutional Testing Program*) ou similares, isso também pode ser aproveitado pelos programas.

Por meio do QR Code abaixo, saiba mais sobre o TOEFL:



OceanofPDF.com

7. RESERVA DE VAGAS

EM 2003, a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) foram pioneiras ao implementar reservas de vagas para candidatos negros e pardos em seus vestibulares, mudando para sempre (e para melhor) os seus cursos de graduação – na UERJ, as primeiras turmas com esse tipo de acesso entraram já em 2003 (eu tenho orgulho de ter feito parte da primeira turma de História), enquanto que na UnB, a primeira turma entrou em 2004. Desde então, várias outras universidades fizeram o mesmo, o que tem contribuído para mitigar alguns efeitos perversos do racismo no Brasil.

Nos últimos anos, muitos cursos de pós-graduação têm seguido o mesmo caminho da graduação. Em média, eles têm reservado cerca de 20% de suas vagas, mas há programas que reservam mais do que isso, a depender das resoluções internas adotadas por cada universidade. Atualmente, há programas com reserva de vagas para ex-alunos e ex-alunas de escolas públicas, pessoas com deficiência, indígenas, negros, pardos e quilombolas. Em 2022, a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) inovou ao aprovar reserva obrigatória de 10% vagas para pessoas trans, refugiados e assentados nas suas pós-graduações. Outra instituição a reservar vagas na pós-graduação para refugiados foi a Universidade Federal de Goiás (UFG), também em 2022. Aqui na UnB, além do sistema de ampla concorrência (o convencional), há ações afirmativas voltadas para candidatos negros, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência.

Em geral, para concorrer a vagas reservadas para negros, os candidatos preenchem uma autodeclaração no momento da inscrição a ser analisada por uma comissão de heteroidentificação da universidade, que pode concordar ou não com a solicitação. As informações prestadas no momento da inscrição são de inteira responsabilidade do candidato e a adesão a essa modalidade se dará sempre de forma voluntária.

Recentemente, foi criado o Observatório de Ações Afirmativas na Pós-Graduação (OBAAP), uma iniciativa independente e inovadora que visa monitorar editais de programas de pós-graduação acadêmicos e todas

as resoluções de universidades que adotaram reservas, além disponibilizar publicações sobre o tema. A ideia é criar um grande banco de dados para auxiliar tanto estudantes como programas de pós-graduação, inclusive programas que buscam exemplos e modelos para elaborar suas próprias políticas afirmativas.

Iniciativas como a da OBAAP são fundamentais porque a reserva de vagas na pós-graduação ainda enfrenta muitas dificuldades, apesar dos importantes avanços registrados em tempos recentes. Na rede federal, por exemplo, faltam dados consolidados sobre quantas pessoas entraram nos programas de pós-graduação por meio de reserva de vagas, e quanto tiveram condições de se formar. Em março de 2022, a *Revista Pesquisa Fapesp* divulgou um levantamento realizado nos últimos cinco anos por pesquisadores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa da UERJ. “Eles analisaram editais de seleção de 2.763 programas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) entre 2002 e 2018. Verificaram que o número de programas com políticas afirmativas cresceu 329,3% entre 2015 e 2018, de 174 para 737. Esse contingente, porém, abrange apenas 26,4% da amostra avaliada. “Apesar do crescimento dessas iniciativas, ainda há muito espaço para avançar”, sublinhou a cientista política Anna Venturini, do Cebrap, uma das autoras do trabalho.

PARTE III - FAZENDO O MESTRADO

OceanofPDF.com

1. COMO SÃO AS DISCIPLINAS?

PRIMEIRO, vamos a um panorama geral. O mestrando ou mestranda tem um número mínimo de créditos ou de horas a cursar, da mesma forma que na graduação, e tudo isso deve ser cumprido por meio de disciplinas. Há disciplinas optativas e disciplinas obrigatórias, e cada uma possui seu próprio programa e cronograma, que costumam ser distribuídos no primeiro dia pelo professor ou professora.

Na graduação, o fluxo das disciplinas é fortemente caracterizado pelas periodizações clássicas da História: começamos com História Antiga e terminamos com História Contemporânea. No mestrado não funciona desta forma. As disciplinas são mais específicas, bem parecidas com as optativas da graduação. Você não verá, por exemplo, “História Moderna”, mas poderá ver “Bruxaria na Itália do século XVI”. Tanto quem está no mestrado, como quem está no doutorado faz parte das mesmas turmas – não há separação entre turmas de mestrado e turmas de doutorado. A rotatividade das disciplinas é grande, pois de semestre para semestre muitos professores e professoras entram e saem da oferta. Então, se você encontrou uma disciplina que gostou, não deixe para depois!

Uma das dificuldades das disciplinas na pós-graduação é dar conta da variedade de pesquisas em tela. Como ministrar uma disciplina que deve contribuir, ao mesmo tempo, com uma mestranda que pesquisa um autor da Antiguidade Clássica e outro, que estuda um batalhão nazista que atuou no front oriental durante a Segunda Guerra Mundial? Essa missão é ainda mais difícil porque, diferente do que ocorre na graduação, na pós a oferta de disciplinas é muito mais modesta. Eis uma grande questão!

Para driblar este desafio, há alguns caminhos possíveis. Quero me deter em três deles. O primeiro é inscrever-se em disciplinas externas, isso é, disciplinas que são ministradas em outras pós-graduações, sejam da sua universidade ou de outras instituições, quer da sua cidade ou de outras cidades. Aliás, em muitos mestrados em História, é uma exigência que o mestrando ou mestranda curse disciplinas externas. Com a adoção do regime remoto ou híbrido por várias universidades durante a pandemia, isso

se tornou ainda mais interessante, pois as possibilidades são enormes. Com disciplinas externas à disposição, é mais fácil encontrar uma disciplina que tenha mais a ver com o seu projeto de pesquisa. É preciso verificar em cada caso específico a compatibilidade dos programas de *pós*, da forma de se contabilizar horas e créditos etc.

O segundo caminho é cursar disciplinas mais “gerais” da linha (“História Política”, por exemplo), ou aquelas de teoria e historiografia. Nessas disciplinas, o que está em jogo é a discussão sobre conceitos e metodologias, que valem para uma ampla gama de trabalhos. Cada linha de pesquisa costuma ter sua própria disciplina obrigatória. Por exemplo: a linha de História Social terá sua disciplina de História Social, e nela serão abordados aspectos deste tipo de historiografia que pode beneficiar a todos.

O terceiro e último caminho é: determinadas disciplinas podem parecer muito específicas, mas, no fundo, oferecem entradas transversais. Então, analise a oferta de disciplinas com muito cuidado. Suponha que o seu programa ofereça uma disciplina sobre o papel das mulheres na Revolução do Porto de 1820. Essa disciplina pode parecer interessar somente a quem estuda Portugal oitocentista, mas, por enfatizar o papel das mulheres, o professor ou professora certamente tratará de questões de conteúdo e metodológicas envolvendo as questões de gênero e História das Mulheres, o que pode contribuir para muitas pesquisas fora do escopo restrito da disciplina.

A maioria das disciplinas em programas de pós-graduação em História é oferecida em português, mas há algumas que podem ser oferecidas em outras línguas, principalmente em inglês, por professores e professoras estrangeiros ou brasileiros. Você não precisa fazer disciplinas ministradas em outras línguas, mas esta pode ser uma boa forma de você treinar uma língua estrangeira que está meio enferrujada.

No momento em que escrevo este texto, o programa em História Social da USP oferta 15 disciplinas para mestrado e doutorado. Dentre estas disciplinas, estão “The United States and South Africa in comparative perspective”, “Historiografias Atlânticas” e “História da família e História Social da População: São Paulo, séculos XVIII e XIX”.

Quantas disciplinas são necessárias? Dou novamente um exemplo da minha *pós*, na UnB, que conheço melhor: para obtenção do título é necessário que os estudantes tenham um total de, no mínimo, 270 horas em disciplinas, que são distribuídas da seguinte maneira: 120 horas nas duas

disciplinas obrigatórias da Área de Concentração, nomeadamente “Teoria e Metodologia da História” e “Seminário de Pesquisa”; 120 horas em disciplinas oferecidas por qualquer uma das Linhas de Pesquisa do PPGHIS/UnB; 30 horas em disciplinas optativas ou Monitoria II. Há programas de mestrado que oferecem “créditos especiais” para publicação de artigos, participação em congressos e outras atividades acadêmicas. Mas esse cálculo vai sempre variar de programa para programa.

É muito comum que as disciplinas do mestrado sejam cursadas no primeiro ano, sendo o segundo ano dedicado exclusivamente à pesquisa e à escrita da dissertação. Em geral, as aulas acontecem duas vezes por semana, em encontros de 4 horas. Uma disciplina costuma ter 30 ou 60 horas. Com isso, você pode fazer as contas de quantas disciplinas, em média, se cursa em um mestrado. Não é muito, sobretudo quando comparamos com a graduação ou mesmo com especializações. No entanto, a carga de leitura no mestrado é muito maior do que na graduação. É comum que um professor ou professora não passe um texto para a próxima aula e sim um livro inteiro. Então, é preciso se dedicar bastante, organizar a semana, planejar o semestre. Também é provável que você precise ler textos em língua estrangeira, geralmente inglês ou espanhol. Mas não se preocupe se você não tiver pleno domínio dessa língua estrangeira. Caso tenha dificuldade, faça um grupo de estudos, procure colegas que conheçam bem o idioma e que possam ajudar você. Fique de olho nos cursos gratuitos que as universidades públicas oferecem todo semestre. Agarre cada oportunidade. Lembre-se sempre de uma coisa muito importante: no mestrado, você precisa desenvolver sua autonomia ao máximo.

Um erro muito comum de quem acabou de se formar ou ainda é graduando é imaginar que em um mestrado em História Social, por exemplo, só se estuda o conceito de História Social, e que ao fim do mestrado, a pessoa sai sabendo tudo sobre História Social. Não é bem assim que as coisas funcionam. Se você entrou em um mestrado deste tipo, História Social será apenas a abordagem predominante. Você até vai ter uma disciplina focada em História Social, e vai aprender muito sobre ela, bem mais do que aprendeu durante a graduação, mas não vai estudar apenas isso. Você vai poder cursar disciplinas sobre períodos e temas diversos, muitas das quais dentro da sua linha de pesquisa.

O estudante ou a estudante tem liberdade para escolher que disciplinas deseja cursar, mas eu diria que é recomendado que se divida essa

decisão com o seu orientador ou orientadora. Quando eu fazia mestrado, lembro de ter feito uma reunião de orientação apenas para discutir quais disciplinas eu iria fazer. Minha orientadora respeitou minhas decisões, mas como ela vivia a pós-graduação há bastante tempo, pôde sugerir disciplinas que tinham mais a ver com os conceitos e metodologias presentes em meu projeto de pesquisa. Eu segui todas as recomendações e valeu muito a pena. Além disso, ela me deu ótimas sugestões de disciplinas externas que estavam acontecendo.

As disciplinas em um mestrado são muito importantes. Mas não perca de vista o seguinte: o mais importante na pós-graduação é a sua troca acadêmica, a sua pesquisa, a produção do conhecimento. Tudo é voltado para este fim – até as disciplinas. Na pós, você está sendo formado para ser um pesquisador ou pesquisadora. Ao fim do mestrado, o diploma vai dizer que você é mestre ou mestra em História Social ou em História da Ciência, por exemplo, mas você será mesmo especialista na sua pesquisa, no tema e no objeto sobre o qual se debruçou.

Aliás, isso é algo que precisamos deixar claro: no mestrado, o estudante e a estudante não necessariamente vão aprofundar os conhecimentos gerais da graduação. O foco está no desenvolvimento de uma pesquisa de excelência. É claro que, em determinado ponto, o pesquisador ou pesquisadora aprofunda seus saberes, mas aprofunda seus conhecimentos dentro do universo que estuda. Se você tem um projeto sobre a política antidrogas da Colômbia, por exemplo, você vai se tornar um especialista na história contemporânea colombiana e entender mais, por tabela, sobre a da história da América Latina.

Em alguns mestrados, a prática de “estágio de docência” conta também como disciplina. É uma experiência bem interessante. Nela, o aluno ou aluna acompanha seu orientador ou orientadora na graduação, dando aulas supervisionadas ou participando de outras atividades de docência. A ideia é preparar esse mestrando ou mestranda para uma possível vida acadêmica como docente. Se você projeta se tornar um professor ou professora universitário/a, é muito importante que você faça estágio de docência. Falarei mais sobre estágio de docência mais adiante, pois muita gente tem curiosidade sobre esse ponto.

2. COMO SÃO AS AULAS?

CADA AULA costuma ter, em média, 3 ou 4 horas, em disciplinas que ocorrem, quase sempre, uma vez por semana. As turmas possuem geralmente entre 10 e 25 alunos e alunas. É possível que uma disciplina seja ministrada não só por um, mas por dois ou até três professores e professoras. É comum docentes de pós levarem convidados para dar algumas aulas, e isso dá um toque bem especial ao curso. Tive alguns professores e professoras durante o mestrado e o doutorado que faziam isso e sempre aproveitei bastante.

Por muito tempo, as disciplinas na pós-graduação eram ministradas apenas pela manhã ou à tarde, o que deixava em situação complicada quem trabalhava em horário comercial. Em anos recentes, graças à expansão das pós-graduações e a mudança de perfil dos estudantes, isso tem mudado. Hoje, há mestrados que oferecem disciplinas noturnas.

Na graduação, as turmas costumam ter um senso de pertencimento e de identidade mais bem definidos, porque é comum que estudantes do mesmo ano e período de ingresso sigam a mesma grade curricular e permaneçam na mesma turma durante toda ou quase toda a trajetória acadêmica. Acabam ficando mais próximos uns dos outros, especialmente porque passam mais tempo juntos. Na pós-graduação, com exceção das disciplinas obrigatórias, as pessoas seguem fluxos bem diferentes, então não é tão comum esse mesmo sentimento de unidade ou senso de identidade. Mas determinadas disciplinas, grupos de estudos, laboratórios, além da atuação em atividades acadêmicas como congressos, organização de eventos ou edição de periódicos discentes possibilitam a troca com pessoas de mesmos interesses e outras afinidades onde, não raro se formam novas amizades.

As aulas no mestrado costumam ter uma dinâmica diferente das aulas na graduação. Ao invés da leitura textos, o mestrando ou mestranda vai encontrar mais livros; no lugar de aulas expositivas, são mais comuns aulas colaborativas, nas quais a participação dos/as estudantes é muito maior, de forma que são os/as estudantes que dão ritmo e cadência às aulas

– quando os alunos e alunas não leem o texto combinado, a aula se torna menos interessante ou até mesmo impossível. Os professores e professoras não costumam usar tanto o quadro, nem *Datashow*. Em muitas disciplinas, há a apresentação de seminários, em que duplas ou grupos apresentam um autor ou uma obra. As avaliações costumam ser ensaios e há muitos docentes que usam suas disciplinas para discutir e reelaborar os projetos de pesquisa (sabatinados por toda a turma).

Talvez, o mais importante a saber sobre as aulas é o seguinte: na pós-graduação, o estudante e a estudante têm muita autonomia, muita liberdade, mas também muitas responsabilidades. Para um bom andamento das aulas é fundamental que ler os textos; levar questões e observações; participar em sala de aula, colocando seu ponto de vista, relacionando o debate com suas pesquisas e interpretando como determinadas questões podem ser úteis para seus colegas de classe. Cada momento precisa ser valorizado, não só porque o tempo do mestrado é curto e acelerado, mas também porque, diante das demandas da vida profissional e cotidiana, para muitas pessoas, o tempo em sala de aula é o único momento de estudo em grupo no dia.

3. COMO SÃO AS AVALIAÇÕES?

NÃO EXISTE UM MODELO único de avaliação nas disciplinas do mestrado. Os professores e professoras possuem liberdade de cátedra para montar suas avaliações como desejarem. Porém, eu tenho observado alguns padrões. Nas disciplinas de linha de pesquisa, por exemplo, os/as docentes costumam analisar coletivamente os projetos (cada aula se examina um ou dois projetos, em público, assim todos leem os projetos de todos e fazem considerações) e, na conclusão do semestre, o trabalho final do curso é justamente reescrever o projeto com o qual se entrou no mestrado, modificando-o à luz do que o professor ou professora e os/as colegas disseram.

Outro tipo de avaliação que vejo frequentemente em disciplinas de mestrado em História são os ensaios. Um ensaio pode ser definido como uma modalidade de texto que consiste na exposição de suas ideias e pontos de vista sobre uma determinada questão ou tema. Ensaio são textos autorais, originais e que apresentam um entendimento plural e articulado sobre um determinado tema ou objeto de estudo. Embora seja monográfico, ele deve se basear nas leituras que você fez ao longo do semestre naquela disciplina, além de seguir as normas da ABNT. Um ensaio tem entre 10 e 20 páginas.

Mas não é só. Alguns professores e professoras podem demandar resenhas ou solicitar artigos. Pode haver atribuição de notas aos seminários apresentados em sala ou a opção de se complementar notas com a participação em debates em sala. E há, claro, docentes que produzem provas “mais convencionais”, por exemplo, três ou quatro perguntas – às vezes, os/as estudantes podem escolher duas ou mais questões para responder. Quase sempre a avaliação final é feita em casa e deve ser enviada digitalmente.

Em todos os mestrados que eu conheço, as notas são dadas em letras (conceitos) e não em numerais (0 a 10), bem ao estilo *high school* americano. Então, seu trabalho pode receber A, B ou C – ou equivalentes. Ou ainda A+, B+, A- etc. As notas são importantes em muitas instituições,

sobretudo para bolsistas, que dependem de notas boas para que consigam manter suas bolsas ativas. Uma nota baixa pode ameaçar o mestrado todo.

OceanofPDF.com

4. O QUE É MESTRADO-SANDUÍCHE?

MESTRADO-SANDUÍCHE é quando parte do mestrado é cursado no Brasil e outra parte no exterior, em instituições reconhecidas e conveniadas. Esse nome, “sanduíche”, pode parecer informal, mas ele é usado oficialmente por agências de fomento à pesquisa. Desde 2003, a CAPES tem mantido uma política de incentivo a pesquisadores e pesquisadoras que desejam estudar no exterior, concedendo bolsas de estudo especiais. O doutorado-sanduíche é mais comum que o mestrado-sanduíche, mas os dois tipos existem.

Há muitos motivos para fazer parte da pós-graduação fora do Brasil. Os mais importantes, talvez, sejam a cooperação internacional e a transferência de conhecimentos. Quando estudamos fora, temos acesso a arquivos, bibliotecas e uma rede intelectual-acadêmica completamente diferente da nossa, que pode potencializar e muito as nossas pesquisas. Nós aprendemos com os nossos colegas do exterior e eles conosco. Além disso, esta é uma chance de conhecer outra cultura, de viver experiências diferentes e memoráveis – isso tudo nos muda de forma muito subjetiva e contribui de forma relevante para a qualidade da nossa produção acadêmica.

Eu tive muitos amigos que estudaram fora durante a pós-graduação em História. Convidei uma dessas pessoas para dar um breve depoimento para este livro, contando como foi a experiência e explicando como isso acrescentou à carreira dela. O nome da minha convidada é Giselle Pereira Nicolau Loureiro, que fez graduação em História comigo na UERJ e depois fez mestrado e doutorado também na UERJ. Ela diz o seguinte:

“No ano de 2017, fui contemplada com uma bolsa de estudos pelo PDSE (Programa de Doutorado-sanduíche no Exterior), que teve duração de quatro meses. A escolha pela França e, em especial, pela instituição onde fiz o estágio doutoral, a EHESS [em português: Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais], se deve à existência de um laboratório de voltado para os estudos norte-americanos (*Centre d’Études Nord-américains*), assim como

pelo fato do orientador ser referência obrigatória no tema em que me especializei. No que diz respeito às atividades realizadas nesse período, se destacaram os encontros periódicos com François Weil, que buscou se inteirar quanto ao andamento da pesquisa, das fontes consultas, dos lugares de memória e de lazer visitados, das indicações de leitura para a tese, da vivência em arquivos. Sobre esses, é imprescindível destacar que vivi grande parte dos meus dias nesses espaços, consultando fundos diplomáticos sobre o Brasil. Os documentos se encontravam fundamentalmente em dois arquivos: o primeiro, *Centre des Archives Diplomatiques de Nantes* (CADN), localizado na cidade de Nantes, onde morei por três semanas; o segundo, o *Centre des Archives Diplomatiques de la Courneuve*, em Paris, onde dei sequência à consulta de fontes. Nas horas vagas, me dedicava à sistematização dos documentos, leitura de textos e visita a museus indicados pelo orientador. Como a circulação de saber não se restringe ao ambiente universitário, mas a tudo o que nos circunda, considero que ter vivido em uma capital cosmopolita, como Paris, e ter morado em bairros multiétnicos, como Porte de Clignancourt e Marcadet-Poissonniers, me permitiram tomar contato com a realidade de distintos grupos de imigrantes e refugiados, e com seus dilemas na sociedade que os acolhe. Em síntese, o PDSE foi uma experiência incrível, em que pude cruzar fronteiras não apenas geográficas, mas de saberes e culturas, de troca de conhecimentos e vivências.”

Quando estudamos fora com bolsa de estudo brasileira, recebemos o valor na moeda local. Para saber o valor atualizado dessas bolsas, é preciso consultar os editais que são recorrentemente publicados pelas atuais agências de fomento à pesquisa no Brasil. É vedado o acúmulo de bolsas e de benefícios de qualquer natureza, ressalvadas as exceções previstas nos regulamentos dos programas ou instrumentos de seleção.

As formas de pagamento podem variar de acordo com a agência. Uma portaria da CAPES de 3 de janeiro de 2020, por exemplo, define que: para concessões com duração de até dez meses, o valor será pago uma única vez, no início da bolsa; quando a duração for acima de dez meses, o valor será pago em duas etapas. A agência de incentivo à pesquisa pode ainda fornecer ao pesquisador outros benefícios, como auxílio-instalação, auxílio-saúde e adicional para dependentes. Vale ressaltar que poucos países no mundo dispõem deste tipo de bolsa, isto é, uma bolsa subvencionada pelo Estado.

O mestrado-sanduiche pode ocorrer em inúmeras situações e contextos. Ele é mais comum, contudo, quando o nosso objeto de estudo está fora do país. Por exemplo: se eu estudo as relações comerciais entre Brasil e China no século XIX, fazer uma parte do mestrado ou do doutorado na China faz mais do que sentido do que quando o objeto de estudo e as fontes estão exclusivamente em território nacional.

A modalidade sanduiche é a única maneira de estudar fora? Não. Há programas internacionais que oferecem bolsas para estudantes brasileiros, tais como o *Erasmus Mundus* e *Fullbright*. É preciso verificar a disponibilidade de vagas, as áreas de enfoque e as regras a cada ano e edital. A própria CAPES possui outras modalidades oferecidas pelo governo brasileiro, por meio de parcerias com universidades estrangeiras. Para conhecer melhor tais possibilidades, acesse o QR Code abaixo. Ele o levará até a página de bolsas e auxílios internacionais da CAPES.



OceanofPDF.com

5. AS BOLSAS DE MESTRADO

É POSSÍVEL FAZER o mestrado com bolsa ou sem bolsa de estudos. Se você trabalha e não pode receber uma bolsa, pois isso é vedado pela lei, não há o que fazer: você só pode fazer o mestrado sem bolsa mesmo. Se você não tem emprego e deseja bolsa de estudos, você deve declarar isso no ato de inscrição. O que vai determinar o recebimento da bolsa é a sua colocação na lista de aprovados e se você atende a critérios específicos previstos em edital. Algumas universidades particulares possuem bolsas próprias, pagas com recursos próprios, mas a maior parte das bolsas, inclusive nas universidades privadas, são fornecidas por agências de fomento do governo brasileiro, que podem ser estaduais (FAPERJ, FAPESP etc.) ou federais (CNPq e CAPES).

No momento em que este texto é escrito existe uma diferença entre os valores das bolsas. As agências federais pagam uma bolsa de mestrado de R\$1.200, enquanto há agências estaduais já pagam, em geral, acima de R\$ 2.000. As bolsas federais, como você deve perceber, estão defasadas – sem reajuste desde 2013, houve uma perda de 60% de seu valor de compra. Isso é um grande problema, pois a bolsa é o “salário” do pesquisador ou pesquisadora e exige dedicação exclusiva – salvo exceções de atividades afins prevista em lei. E bolsistas não contam com recolhimento na fonte para o INSS e não têm direitos previstos na CLT como FGTS, décimo-terceiro salário ou férias remuneradas. Quando as bolsas de estudo não acompanham a inflação e outros índices importantes que regulam a economia do país, não oferecem remuneração competitiva para se valorizar a profissão e atrair talentos – e aí, aumentam as chances do aumento de evasão de pesquisadores e pesquisadoras do país em busca de melhores oportunidades.

Não é obrigatório receber bolsa de estudo, mesmo se você tiver sido aprovado no processo seletivo em primeiro lugar. Se optou pela bolsa, não pode ter vínculo empregatício e nem acumular outras bolsas, como já vimos, salvo pontuais exceções. Bolsistas e não bolsistas precisam entregar

relatórios regulares ao seu programa de pós-graduação –mas os bolsistas possuem, em muitos casos, um número maior de relatórios e deveres.

O valor da bolsa é depositado em conta-salário informado pelo mestrando ou mestranda. Em geral, qualquer banco é aceito. Dependendo da situação política e econômica do nosso país, podem ocorrer atrasos. O número de bolsas para mestrandos e mestrandas é determinado pela nota do programa de pós-graduação na CAPES (quanto maior a nota, maior o número de bolsas) e pela saúde financeira das agências de fomento à pesquisa de cada estado. Na última década, o número de bolsas de mestrado tem caído drasticamente, consequência da crise econômica e também da desvalorização da ciência no Brasil.

Como vimos no capítulo anterior, a área acadêmica como um todo vem sofrendo um processo de desmonte, com redução expressiva de investimento. A História não é exceção. Embora o número de programas de pós-graduação em História no Brasil tenha se expandido, dados mostram que a oferta de bolsas não cresceu no mesmo ritmo, o que pode desvalorizar a área e colocar em risco a consolidação de muitos programas.

6. O PAPEL DO ORIENTADOR OU ORIENTADORA

“EU PRECISAVA ESCOLHER UM TEMA, mas também um orientador. É de praxe. Uma tese deve ser ‘orientada’, exigência que consta dos próprios regulamentos administrativos”. Assim escreveu o famoso medievalista francês Georges Duby em seu delicioso “A história continua”, um livro que mistura método e autobiografia.

Orientadores e orientadoras, como vemos, são necessários, e ainda bem que as coisas são assim, porque isso demonstra que a escrita acadêmica não é uma atividade tão solitária quanto se possa pensar – ou, pelo menos, não precisa ser dessa forma.

O orientador ou orientadora é figura chave no processo de escrita de uma dissertação de mestrado. Quando se entra no mestrado, geralmente o mestrando ou mestranda pode indicar quem gostaria que fosse responsável por sua orientação, cabendo à pessoa indicada aceitar ou não. Mas pode acontecer de o programa de pós-graduação, partindo do projeto de pesquisa e da disponibilidade de seu corpo docente, designar um orientador ou orientadora. Em geral, a pessoa que assume essa função conhece bem o tema e a bibliografia de referência dos temas a serem orientados. Em alguns casos, um mestrando ou mestranda pode ter um ou mais coorientadores ou coorientadoras. Isso acontece quando a figura principal não domina tanto o objeto de estudo do projeto ou quando domina apenas uma parte e acha que a participação de um/uma colega na orientação pode ser muito relevante.

Aqui na UnB, eu sou procurado por pessoas que desejam estudar História Pública ou História Contemporânea, com foco em Segunda Guerra Mundial e Holocausto. São as “minhas áreas”. Mas isso não quer dizer que eu só oriento pessoas que estudam esses assuntos. Por vezes, recebo estudantes que pesquisam outros temas de História Contemporânea, como a ditadura argentina ou o Apartheid na África do Sul, ainda que essas não sejam minhas especialidades – nem sempre o programa de pós-graduação tem em seu corpo docente alguém especializado em todos os temas, objetos

e recortes dos projetos de pesquisa aprovados. Nos exemplos citados, eu já li muita coisa a respeito, gosto dos temas e não tenho dificuldade em me movimentar nestes campos, pois domino minimamente o vocabulário e as questões que gravitam em torno deles. Porém, em situações mais raras, recebo alunos ou alunas com temas que não tenho nenhuma familiaridade, e aí tenho que estudar muito mais, e o orientando ou orientanda precisa também se adequar ao que eu tenho que oferecer. Neste momento, tenho uma orientanda de doutorado que pesquisa o inventário das comidas do bairro do Bom Retiro, em São Paulo. Não conheço muita coisa sobre História da Alimentação, mas fui atrás, li, aprendi, fiz a minha parte. A doutoranda, por sua vez, aceitou incorporar a perspectiva de patrimônio imaterial e os debates sobre memória, identidade e cultura, que eu já domino – e a pesquisa tem avançado com qualidade.

A orientação na pós-graduação envolve uma dinâmica muito rica e intensa. Cabe ao orientador ou orientadora indicar leituras importantes, sugerir arquivos e bibliotecas para a realização da pesquisa. Cabe também ao orientador ou orientadora sugerir eventos, envolver orientandos e orientandas em grupos de estudo, dar dicas de escrita e ajudar na gestão do tempo e da produção. Talvez nem seja preciso falar o óbvio, mas o orientador ou orientadora é quem lê tudo o que o orientando ou orientanda escreve. É a pessoa que faz incontáveis revisões, que propõe mudanças no texto, cortes; que aponta acertos, falhas, possibilidades e riscos. Orientadores e orientadoras não corrigem os trabalhos das disciplinas que os seus orientandos e orientandas estão cursando no semestre, mas podem ser consultados/as quando houver dúvidas ou qualquer tipo de dificuldade.

O orientando ou orientanda, por sua vez, precisa ser sempre o/a grande protagonista do seu próprio processo de aprendizagem e pesquisa. A escrita da dissertação é a sua maior responsabilidade. O orientador ou orientadora pode corrigir, sugerir mudanças, editar e reeditar o texto, mas quem escreve é sempre o mestrando ou mestranda. São as suas ideias, o seu planejamento, as suas decisões. Cabe também ao orientando ou orientanda resolver as questões burocráticas que vão aparecendo ao longo do curso, devendo prestar atenção aos prazos, às demandas por relatórios e pedidos de assinaturas de documentos. Na graduação, alunos e alunas têm o costume de esperar a iniciativa do professor ou professora. No mestrado, as coisas são diferentes. É preciso ter iniciativa e exercitar a autonomia. Isso não significa estar só. Quando houver dúvidas, problemas, quando houver

necessidade de conselhos, deve-se procurar o orientador ou orientadora imediatamente. Um dos principais ruídos na comunicação entre orientadores e orientandos é quando uma das partes simplesmente fica incomunicável. Para um bom trabalho de orientação, ambos precisam estar se comunicando com regularidade.

Já tive orientandos de mestrado que me enviavam seus rascunhos de dissertação no início da manhã e esperavam retorno no final da tarde daquele mesmo dia. Eu entendo a ansiedade, mas o retorno deve demandar um pouco mais de tempo e paciência. A leitura do texto de uma dissertação precisa ser feita com calma, então, ela vai demorar. Não fica pronta de um dia para outro. Minha sugestão: dê ao seu orientador ou orientadora pelo menos duas semanas (e considere esse tempo em seus prazos e planejamentos). Depois disso, volte a lembrá-lo/a que você espera um retorno sobre seu material. Antes, eu não recomendaria, pois o seu trabalho pode estar numa fila de trabalhos, por exemplo, ou pode estar exigindo leituras complementares do seu orientador ou orientadora, talvez até mesmo a troca de ideias com colegas de outras instituições.

Cada processo de revisão editorial do texto da dissertação tem particularidades. Eu, como orientador, peço aos meus orientandos e orientandas para elaborarem um roteiro em tópicos para cada capítulo que pretendem escrever, para depois estabelecermos um cronograma de entrega para cada tópico. Uso sempre o “modo de revisão” do Word e peço para que os orientandos e orientandas também o usem, pois isso me ajuda a deixar bem claro o que foi mudado no texto. Também tenho começado a utilizar uma metodologia em que formo duplas de trabalho entre os meus orientandos e orientandas: quem está no doutorado acompanha estudantes de mestrado e que também estão no doutorado, enquanto que quem está no mestrado acompanha estudantes de graduação que estão produzindo seus trabalhos de conclusão de curso (TCC). A ideia é aproveitar ao máximo a inteligência coletiva do nosso grupo.

A orientação é uma parte fundamental na formação profissional e no amadurecimento da pessoa. Orientador/orientadora e orientando/orientanda devem, por isso, manter contato estreito e constante – sem essa de sumir por um tempão. É um processo de mão dupla e que precisa envolver confiança. Por mais que possa ser difícil, eu sempre sou muito direto, ainda que educado, quando preciso dizer que um texto não está bom. Isso é importante, não só porque vai ajudar a construir um trabalho sólido e

protegido das críticas – é melhor eu, como orientador, apontar os erros do que isso só aparecer na sabatina da banca! –, mas porque, quando faço um elogio, meus orientandos e orientandas também sabem que ele é sincero.

Orientadores e orientadoras não são psicólogos. Mas, ao meu ver, precisamos ter uma boa escuta ativa e saber receber as angústias de fundo emocional de nossos orientandos e orientandas que decorrem dos processos de pesquisa e escrita. Quando sentirmos que não conseguimos dar conta do problema, devemos, ao meu ver, encaminhar nossos alunos e alunas aos serviços de ajuda psicológica que a universidade possui. Lá, as pessoas encontrarão ajuda especializada. Saúde mental é algo muito importante, mas constantemente subestimado no meio acadêmico. Precisamos escutar os medos e tensões de nossos orientandos e orientandas, entender o momento que eles e elas estão vivendo, e buscar compreensão, sem que isso, claro, comprometa os valores que o orientador ou orientadora considera fundamentais na produção da pesquisa. A vida não para quando estamos no mestrado. Pessoas continuam sendo demitidas, ficam doentes, casamentos acabam e os boletos a serem pagos continuam chegando. É evidente que a nossa capacidade de produzir uma dissertação pode ser afetada por todas essas (e tantas outras) variáveis.

Orientadores e orientadoras precisam lembrar também que são humanos e não máquinas regidas por metas de produtividade. Somos sujeitos a falhas, temos problemas e frustrações, o cansaço é real. Tal qual nossos orientandos e orientandas, também somos afetados pelo entorno. A vida social e familiar, para todos nós, não deixa de acontecer. Eu odeio dizer “não” no trabalho, mas tive que mudar essa postura, sobretudo depois que me tornei pai de gêmeos! Hoje, estabeleci um limite no volume de trabalho, um limite bem razoável, e aprendi a dizer não. E tudo bem. E esses limites precisam ser contemplados nos combinados sobre entregas, retornos e prazos.

Em um bonito livro sobre orientação, Débora Diniz diz que “orientar é comunicar-se por histórias, saberes e experiências” (Diniz, 2013, p.12). Eu gosto dessa síntese, acho que ela é verdadeira. Quando orientamos, nós partimos sempre de nossa experiência, de nossas memórias de quando fomos, também, orientandos e orientandas, de quando tínhamos medo ou coragem infinitas. Quando nos tornamos orientadores e orientadoras, tudo isso começa a se articular, a fazer ainda mais sentido. Orientar e ser orientado é escrever a muitas mãos.

OceanofPDF.com

7. COMO É O AMBIENTE DO MESTRADO?

CADA PROGRAMA de pós-graduação em História possui um “clima” diferente. Isso tem muito a ver com a instituição, a cidade, o quadro docente e o discente, enfim, com uma série de fatores. Alguns programas são mais formais, ao passo que outros são mais informais; uns são jovens, outros são já experimentados; alguns possuem mais recursos financeiros, enquanto outros, nem tanto. O que há de comum, então? Fácil: mestrados costumam ser ambientes estimulantes.

Fazer mestrado é participar de um ambiente intelectualmente provocador. O mestrando ou mestranda está sempre lendo, conhecendo autores e autoras, amadurecendo ideias e metodologias de pesquisa; viaja para congressos, conhece gente nova e diferente, de diversas idades e atividades profissionais, pessoas que estão no começo e no fim da carreira; participa de grupos de estudo e pesquisa, tem reuniões de orientação e está sempre em alguma biblioteca, arquivo ou museu à procura de algum documento ou informação fundamental para o futuro da sua dissertação. Uma das coisas que eu mais gostava quando era pós-graduando era justamente esse ambiente. Não há nada igual, acredite.

Isso não quer dizer que tudo é “paz e amor” no mestrado. Escrever uma dissertação é uma baita pressão; mestrandos e mestrandas precisam entregar relatórios, refazer projetos, repensar mil vezes seus objetos de pesquisa e opções teóricas; ser mestrando ou mestranda é viver na expectativa de conseguir uma bolsa, e também a frustração de não a conseguir; é ter que produzir muitos trabalhos de fim de curso e correr para terminar de ler todos os textos da aula do dia seguinte. Ser mestrando ou mestranda é também conviver com desinvestimentos públicos. Ainda assim, apesar de todos esses desafios, fazer o mestrado pode continuar sendo algo incrível.

Quando fazemos mestrado, aprendemos não só dentro de sala de aula, mas também nas conversas nos corredores, nos encontros casuais. O

programa de pós-graduação é um ecossistema completo, que vamos conhecendo aos poucos e cada vez mais, e quanto mais detalhes sabemos sobre ele, melhor podemos vivê-lo. Biblioteca, sala de reunião, sala de estudo, sala de defesa, sala da coordenação: utilize esses espaços, viva eles intensamente; valorize o lugar onde você estuda.

Outra coisa importante: o mestrado não é lugar de certezas definitivas. Por mais que você esteja estudando e pesquisando determinado objeto, esteja aberto ou aberta ao contraditório, aceite críticas, saiba reconhecer limites e erros. Não se sinta mal por receber observações críticas dos outros ou por ter que pedir ajuda. Reveja seus resultados, releia sua documentação. O melhor do mestrado é estar sempre colocando a sua dissertação em revisão. No seu programa de pós-graduação e na sua sala de aula existe uma inteligência coletiva que pode ajudar bastante o desenvolvimento do seu trabalho. O escritor italiano Umberto Eco (1932-2016) publicou um livro muito instrutivo e espirituoso em 1977, com tradução para o português brasileiro, intitulado “Como se faz uma tese”. Nele, Eco fala sobre a importância da humildade científica: “Todos podem ensinar-nos alguma coisa. (...) precisamos ouvir com respeito a todos, sem por isso deixar de exprimir juízos de valor ou saber que aquele autor pensa de modo diferente do nosso e está ideologicamente distante de nós. Até nosso mais feroz adversário pode sugerir-nos ideias. Isso pode depender do tempo, da estação ou da hora” (Eco, 1983, p.112).

8. TODO MESTRANDO OU MESTRANDA TEM QUE DAR AULA?

APENAS SE VOCÊ quiser, e se esta modalidade for possível para mestrandos e mestrandas em seu programa de pós-graduação. Essa é a resposta curta para essa pergunta que mexe tanto com o imaginário dos/das postulantes ao mestrado. Acho que essa dúvida sempre acaba rolando por um motivo muito simples: durante a graduação, nós vemos professores e professoras levarem para sala de aula alguns de seus orientandos e orientandas no mestrado e no doutorado, e que podem vir a ministrar algumas aulas.

Em muitos programas de pós-graduação, se não em todos, existe uma disciplina chamada “Estágio Docência”, cujo formato, oferta e obrigatoriedade pode variar bastante de programa para programa. Mas ela funciona mais ou menos assim: o aluno ou aluna faz a inscrição nesta disciplina e passa a acompanhar seu orientador ou orientadora em uma das disciplinas que ele ou ela ministra na graduação. O mestrando ou mestranda, então, vai ajudar seu orientador ou orientadora em vários aspectos: no preparo de avaliações, no desenvolvimento de atividades, na montagem de aulas e pode até mesmo ministrar algumas aulas, sempre, claro, com a supervisão do professor ou professora.

O objetivo principal do estágio docência é preparar o orientando ou orientanda do mestrado e do doutorado (principalmente este) para atuar como professor ou professora no Ensino Superior. O estágio docência é mais comum (às vezes, obrigatório) para quem está no doutorado, mas muitos programas oferecem esta possibilidade para quem está no mestrado também. Eu gosto muito do estágio docência. Na minha opinião, trata-se de um momento crucial do amadurecimento do pós-graduando ou pós-graduanda que pretende ser docente. Sempre indico aos meus alunos e alunas que se inscrevam nessa disciplina e quando inscritos, que me ajudem a construir as aulas. Também acredito que é importante porque é um ótimo estímulo e exemplo para quem está na graduação, que vê colegas não tão

mais velhos começando sua carreira acadêmica. Talvez você tenha a lembrança de algum caso do tipo que esteve em alguma disciplina da graduação.

A maioria dos pós-graduandos e pós-graduandas fica com muito medo de dar aula na graduação. Compreensível. Mas é importante lembrar que o orientador ou orientadora está ali para fazer o trabalho de base dele ou dela, que é orientar. Todo o processo será definido conjuntamente e o orientador ou orientadora vai dar as instruções de como se prepara e ministra uma aula – quais são as etapas na preparação do material, como organizar uma fala e até mesmo como preparar a voz.

OceanofPDF.com

PARTE IV - A DISSERTAÇÃO

OceanofPDF.com

1. O QUE É UMA DISSERTAÇÃO?

A DISSERTAÇÃO é um trabalho escrito, de natureza monográfica e fruto de pesquisa científica que o mestrando ou mestranda escreve ao longo do mestrado e que deve ser defendido ao final do curso, mediante uma banca composta por professores doutores e/ou professoras doutoras. Sem dissertação aprovada, não existe título de mestre ou mestra. A dissertação é o maior e o mais importante produto do mestrando ou mestranda.

A dissertação é um trabalho individual e autoral. Embora exponha interpretações e concepções pessoais do autor ou autora, ela não é um trabalho de opinião, mas sim um produto de escrita historiográfica baseado em sólida pesquisa documental. A dissertação é uma “escrita controlada”: tudo precisa estar sempre devidamente referenciado, interpretado e construído com base em argumentos sólidos, fontes e problematizações.

Ela pode ser dividida de várias formas: em capítulos, em partes, com intertítulos, sem intertítulos, com parágrafos introdutórios que resumem cada capítulo. Em termos estruturais, a dissertação é parecida com a monografia que entregamos ao final da graduação: ela tem capa, sumário, dedicatória, lista de siglas, lista de imagens, sumário, introdução, três capítulos ou mais, intertítulos, considerações finais e referências.

A dissertação precisa ser original? Particularmente, eu acredito que tanto a dissertação quanto a tese de doutorado precisam ser trabalhos originais. Eu nunca vi uma dissertação de mestrado que fosse uma mera discussão bibliográfica ou a repetição de algo que já havia sido dito antes. Essa originalidade, é importante dizer, não é originalidade de tema necessariamente (algo que é muito raro atualmente); a originalidade pode se expressar de diversas formas, indo desde as fontes documentais utilizadas até as abordagens teóricas e escolhas metodológicas. É possível até que dois ou mais trabalhos usem as mesmas fontes, mas ao fazer perguntas completamente diferentes, resultem em dissertações também completamente diferentes. Tudo isso pode ser considerado a originalidade. O mestrado, tal como o doutorado, baseia-se em pesquisa; neste sentido, ambos devem oferecer contribuições originais para o campo, em nosso

caso, a historiografia. A diferença, ao meu ver, é que a contribuição da tese de doutorado deve ser maior, mais robusta, mais significativa.

A dissertação será avaliada por uma banca. O trabalho não vai ganhar uma nota de 0 a 10. Pelo menos isso não é pouco comum no Brasil. O mais comum é: *aprovada* ou *reprovada* e, dentro da aprovação, a banca pode aprovar com condições (pedidos de alterações), aprovar com louvor ou ainda aprovar e indicar para publicação. Em muitos casos, existe um campo no formulário de avaliação em que os membros da banca podem escrever um pequeno texto, um ou dois parágrafos, destacando os destaques e contribuições do trabalho. Se a banca pode aprovar a dissertação, mas solicitar alterações, o mestrando ou mestranda deve fazer as correções para a entrega final e o prazo costuma ser de até 90 dias para fazer isso – mas é preciso checar na secretaria da sua pós-graduação.

O ideal é que a dissertação comece a ser escrita desde o primeiro dia de mestrado, afinal o mestrado é um curso “curto”. Dois anos passam muito rápido, então, não há tempo a perder! Mas não existe momento certo para se começar a escrita da dissertação – ela só precisa acontecer, claro, dentro do prazo de dois anos. Há pessoas que escrevem desde o primeiro dia de mestrado. Pegam um caderninho, começam a anotar ideias, inicialmente meio confusas, meio caóticas, e depois vão organizando tudo, entendendo que aquilo era uma versão bruta da dissertação; mas há pessoas que preferem escrever tudo de uma só tacada, nos últimos seis meses. Acho que as duas formas são legítimas – depende muito de qual é o seu perfil. Porém, tenha cuidado para não cair nas armadilhas da procrastinação. O orientador ou orientadora pode te ajudar nesse processo. Ele/ela irá acompanhar todo o processo de escrita, vai revisar seus textos, fazer perguntas, sugerir edições, mudanças de rumo, leituras, disciplinas, vai definir prazos e discutir com você caminhos e a divisão da dissertação. Essa parceria é muito importante, pois, não se engane, por melhor pesquisador que você seja, a escrita de uma dissertação é sempre um processo muito difícil, por vezes doloroso, pois precisamos sintetizar informações, interpretar documentos, dialogar com a historiografia, concluir coisas. Diferente do que se costuma pensar por aí, a dissertação, como qualquer trabalho monográfico, não é ponto de partida, mas de chegada. É preciso colocar na tela em branco do computador as nossas melhores ideias e interpretações sobre o passado que estudamos.

Você pode fazer as suas anotações e rascunhos em um caderno ou no seu computador. Não importa o meio. Mas o faça de forma sistemática e

organizada. Às vezes, ideias são como sonhos: nós as temos, mas as esquecemos logo em seguida. Então, pense em alguma coisa legal para a dissertação, anote! Quando estiver em eventos sociais, controle-se quanto alguém perguntar “como vai a dissertação”, pois costumamos falar sem parar!

Quando estou desenvolvendo um projeto de pesquisa, eu mantenho uma pasta online, na nuvem, onde guardo todos documentos, onde coloco todas as minhas ideias e onde escrevo meus primeiros rascunhos. Faço isso porque eu utilizo muitos dispositivos, em diferentes lugares: computador de casa, computador do trabalho, celular, tablet, etc. Então, se eu perder um desses dispositivos, tenho tudo salvo na nuvem. Na minha época de mestrando, eu escutava muitas histórias aterrorizantes de pessoas que eram assaltadas na rua e o ladrão levava o laptop onde a pessoa guardava a única cópia da dissertação, ou ainda, casos em que pessoas perdiam o equipamento por conta de uma sobrecarga elétrica ou enchente. São relatos realmente de cortar o coração. Hoje, felizmente, temos meios de evitar. Use a nuvem!

No passado, uma dissertação podia ter até 500 páginas, especialmente quando o mestrado tinha 3 anos. Mas isso foi há muito tempo. Dissertações hoje costumam entre 100 e 200 páginas. Muito raro ver uma dissertação com mais do que isso. Como se divide uma dissertação? Depende de você e do seu orientador ou orientadora. Eu gosto sempre daquela estrutura clássica de Capítulo 1, Capítulo 2 e Capítulo 3. Ela costuma funcionar para qualquer ideia. Mas há quem prefira fazer Parte 1 e Parte 2, por exemplo. E eu não vejo qualquer problema nisso.

A dissertação é fruto de pesquisa. Quando você a terminar, essa será a sua contribuição para a historiografia. Se você fizer um bom trabalho, as pessoas lerão a sua dissertação e vão citá-la em seus trabalhos. Então, leve muito a sério esse trabalho. A dissertação é o coração do mestrado, a razão pela qual escrevemos e pesquisamos. Capriche na redação, seja claro nas suas colocações, dê sempre os devidos créditos, tome cuidado com os plágios (especialmente os não intencionais, aqueles casos em que esquecemos uma aspa ou absorvemos uma ideia sem nos darmos conta de que ela não é nossa).

Se você tiver curiosidade para ver dissertações em História, você pode visitar, na internet, o catálogo de teses e dissertações da CAPES. Este é um rico repositório com materiais de todo o país desde 2004, tudo de

graça e de forma muito objetiva. É possível fazer buscas por ano, por tema por área e nome. Para teses e dissertações mais antigas, você deve consultar a Biblioteca Central dessas universidades.

Aliás, já pensou que, tudo dando certo, seu trabalho em breve será um dos que estarão disponíveis para leitura – inclusive por pessoas que querem fazer mestrado e assim como você, estão buscando referências e inspiração? E em meio a um mar de artigos, teses e dissertações digitalizadas e disponíveis na internet e em bancos de dados, o seu trabalho precisa ser achado. Para isso, você precisa se preocupar com a qualidade dos itens que chamamos de metadados – no caso: título, palavras-chave e resumo. Isso serve para dissertações e teses, e também para qualquer outra modalidade de estudo acadêmico, como os artigos científicos. Já era assim e será cada vez mais em um mundo completamente informatizado e com alto fluxo de circulação de informação.

Reveja o título e as palavras-chave que você utilizou na elaboração do seu projeto. Ainda fazem sentido? Faça as alterações necessárias, lembrando que o leitor precisa entender rapidamente do que se trata sua dissertação. Se você fez um resumo para o projeto, é muito provável que precise reescrevê-lo integralmente. E se você não precisou fazer resumo para seu projeto, chega a hora de fazê-lo.

Não é fácil escrever o resumo, não só pela capacidade de síntese que ele demanda, mas sobretudo porque costumamos escrevê-lo no final da dissertação, nos derradeiros dias, antes de enviar para a banca, justamente quando estamos esgotados física e mentalmente. Em cerca de uma dúzia de linhas o autor ou autora precisa ser capaz de sintetizar um trabalho que pode ter mais de 200 páginas. É um baita desafio.

Historiadores e historiadoras são treinados para escrever longamente, mas não para escrever textos curtos. Nossa sorte é que esta habilidade pode ser desenvolvida. Minha primeira sugestão é que você leia muitos resumos de teses e dissertações. Não estou falando de 10 ou 20 resumos, estou falando de 50 ou 60. Pouco a pouco você vai perceber quais resumos são muito bons e quais, nem tanto. Outra técnica que pode ajudar: ler resumos publicados em periódicos científicos de altos estratos (que possuem notas altas segundo a classificação da CAPES). Digo isso, porque editores e editoras de periódicos científicos costumam ser exigentes com os resumos.

É possível que, em determinados momentos do mestrado, o mestrando ou mestranda se sinta sem esperanças; muitos chegam a duvidar de si mesmos e acham que não deveriam ter entrado na pós, que aquilo “não é para eles” (procure agora no Google: “síndrome do impostor”). Não há nenhum problema caso você venha a sentir isso. Mas quando sentir, converse com seu orientador ou orientadora, troque uma ideia com amigos e, se preciso, procure a coordenação do seu programa de pós-graduação ou o setor que cuida da saúde mental de sua universidade. São pessoas que já passaram ou passam por isso, ou ainda são profissionais qualificados e qualificadas que podem te ajudar a fazer o mestrado de forma mais tranquila, sem que seja um processo apenas de dor e angústia. O prazer na pesquisa tem que estar lá.

OceanofPDF.com

2. A BANCA DE QUALIFICAÇÃO

PODEMOS DIZER que a banca de qualificação é uma “pré-banca de defesa”. Ela deve acontecer, mais ou menos, na metade do mestrado, geralmente ao fim do primeiro ano, desde que o mestrando ou mestranda, claro, tenha cumprido os créditos mínimos segundo o estatuto do seu programa de pós-graduação. Uma banca em História costuma ter três professores ou professoras no dia da defesa, sendo que dois recebem com antecedência o material que o mestrando ou mestranda produziu até então, o avaliam e vão fazer perguntas e considerações no dia da qualificação. Destes, é comum que um/uma seja da própria instituição da pós e outro/a seja convidado/a de outra instituição. O orientador ou orientadora é o terceiro, mas atua apenas como uma espécie de “mestre ou mestra de cerimônias”, ou seja, ele/ela não é membro avaliador, tendo a banca total autonomia.

Eu costumo dizer aos meus orientandos e orientandas que a qualificação é o momento mais rico e mais importante de um mestrado, afinal é um momento em que ainda podemos mudar muitas coisas, renovar nosso arsenal metodológico, incluir conceitos, mudar trajetórias, fazer novas perguntas às nossas fontes. Devemos, assim, aproveitar bastante tudo o que os membros da banca têm a dizer: suas sugestões de leitura, de capítulos, de teorias, anotar perguntas, ponderar críticas etc. Eu sempre gosto de gravar as qualificações para que os meus orientandos e orientandas possam rever cada detalhe do que foi falado. Mas é importante, obviamente, contar com a anuência de todos no dia para a gravação.

Não existe uma nota na qualificação: em geral, a pessoa recebe apenas a avaliação sobre se está apta ou não apta a continuar com este trabalho. Caso o resultado obtido seja “apta”, o trabalho prossegue normalmente até o dia da banca de defesa, quando os dois professores ou professoras da qualificação também estarão presentes, agora ao lado de um novo avaliador ou avaliadora, que não esteve na qualificação. Caso o resultado seja “não apta”, o programa costuma dar mais alguns meses para que o mestrando ou mestranda refaça o material e o reapresente perante a

mesma banca – se a aprovação não for obtida novamente nesta segunda oportunidade, ele/ela poderá ser desligado/a do mestrado. Mas, como eu sempre digo, é sempre importante consultar as normas do programa.

A dinâmica da banca de qualificação é muito simples: o orientador ou orientadora abre a sessão, faz os devidos agradecimentos, as apresentações da banca e passa a palavra para o mestrando ou mestranda, que tem então entre 10 e 20 minutos para fazer uma pequena exposição. Nesse momento, acho muito importante a objetividade: não repetir nada que já esteja presente no material que foi entregue e lido pelos avaliadores ou avaliadoras. Este é momento importante para justificar certas escolhas, explicar mudanças, fazer esclarecimentos e apontar, de antemão, alguns gargalos do trabalho (uma forma bacana de direcionar pedidos de ajuda). Em seguida, os avaliadores ou avaliadoras começam a fazer suas arguições. Em geral, aplicamos uma regra cortês: o avaliador ou avaliadora que está mais longe geograficamente da instituição abre os trabalhos; em seguida, é a vez de quem é da própria instituição ou que está mais próximo dela. Cada intervenção costuma durar entre 20 e 60 minutos. Depois da fala do primeiro avaliador ou depois das duas falas, o mestrando ou mestranda tem entre 15 e 20 minutos para responder dúvidas, defender suas escolhas ou fazer comentários. Quando todo esse processo acaba, o orientador ou orientadora pede ao mestrando ou mestranda e quaisquer outras pessoas presentes que se retirem para que ele/ela se reúna com os avaliadores ou avaliadoras a fim de deliberar sobre o resultado. Quando os membros avaliadores entram em acordo, o mestrando ou mestranda volta à mesa para escutar o veredito. É importante lembrar que esta é uma banca pública, portanto, qualquer pessoa pode assisti-la. Então, fique à vontade se quiser convidar quem desejar!

Antes da pandemia, os programas de pós-graduação faziam qualificações e defesas apenas em formato presencial. Mas com a pandemia da Covid-19 e a necessidade de isolamento, esses momentos do mestrado passaram a admitir o modo remoto. É uma mudança que parece ter vindo para ficar. Muitos programas, mesmo já tendo retornado às suas atividades presenciais, ainda permitem o modo remoto. A vantagem desta modalidade, ao meu ver, é que pode tornar mais fácil contar com avaliadores e avaliadoras de instituições de outras cidades, estados e até países.

Em alguns casos, bem raros, as dissertações são tão bem avaliadas que o mestrado acaba sendo transformado em doutorado – a dissertação

passa a ser uma tese. Eu conheço dois casos de amigos mestrando aqui no Brasil que tiveram essa oportunidade.

“Devo preparar uma apresentação de Power Point”? Esta é a pergunta que todo orientador ou orientadora escuta às vésperas da qualificação. Eu não sou tão fã desse tipo de apresentação, pois acho que dispersa mais a atenção e dá um trabalho desnecessário. Eu sempre acho melhor se concentrar em uma fala ritmada, consistente e objetiva. É claro que há exceções. Se você trabalha com fotografia, cinema ou caricaturas, ou mesmo tabelas e estatísticas, é claro que a apresentação e o uso dos recursos visuais podem vir a calhar.

OceanofPDF.com

3. A BANCA DE DEFESA

CHEGOU O GRANDE DIA da defesa do mestrado, o dia em que o mestrando ou mestranda defende sua dissertação perante uma banca. Depois de dois anos ou mais, chegou a vez de apresentar os achados e defender o que foi escrito.

Os rituais de banca de defesa parecem muito com os da banca de qualificação: essa banca também é pública (quem quiser, pode comparecer e assisti-la – mas nunca se manifestar), o mestrando ou mestranda tem entre 10 e 20 minutos para falar, cada membro da banca faz sua arguição, e tem a volta para o mestrando ou mestranda, que faz a réplica. Ao fim, todos saem da sala de defesa para que a banca discuta e chegue a uma conclusão. Mas há diferenças cruciais.

A primeira grande diferença é que a banca vai examinar os seus resultados: diferente da qualificação, quando ainda há muito o que fazer e quando há ainda muito tempo para mudar coisas, na defesa, o mestrando ou mestranda vai ser avaliado/a pelo que entregou. O trabalho vai ser aprovado ou não. Caso não seja, o programa pode oferecer, a depender do seu estatuto, algum tempo extra para que mudanças sejam realizadas a fim de salvar a dissertação. Neste caso, a mesma banca de avaliação reexamina o material e toma mais uma decisão. Se for aprovado, teremos enfim um novo mestre ou uma nova mestra. A dissertação deverá ser entregue no prazo e no formato exigido pelo programa pós-graduação para integrar o acervo da biblioteca da instituição.

É possível fazer mudanças antes do depósito na biblioteca? A maioria das universidades permite alterações, mas essas alterações são pontuais, nada de muito estrutural. Então, o que você fez está feito.

Outra diferença é que as bancas de defesa costumam ter mais um avaliador, que não esteve presente na qualificação, totalizando três avaliadores ou avaliadoras, além do orientador ou orientadora, que continua sendo “mestre ou mestra de cerimônias”. A escolha da banca costuma ser uma decisão conjunta entre o orientador ou orientadora e o mestrando ou mestranda. A definição dos nomes deve ser feita com o máximo de

antecedência, assim como os convites. Em geral, os programas indicam que a dissertação seja enviada para a banca com pelo menos 30 dias de antecedência, mas eu acredito que o ideal é que sejam pelo menos 45 dias, para que os membros avaliadores possam ler com calma. Algumas pessoas enviam com menos de 30 dias e a banca pode aceitar (ou não), mas impor um prazo apertado para uma banca convidada para fazer a avaliação me parece um tanto descortês, portanto, não recomendo. Em geral, os programas exigem que pelo menos um membro da banca seja externo à instituição. Esse membro pode ser de uma universidade brasileira ou estrangeira.

Em quase todos os programas também não há nota para a dissertação, havendo apenas “aprovado” e “não aprovado”. Contudo, há dissertações que são aprovadas sem necessidade de alteração, enquanto outras possuem essa ressalva; há dissertações aprovadas com louvor; outras são aprovadas com indicação para publicação.

Depois da aprovação, o mestrando ou mestranda recebe uma ata de aprovação e aguarda até que o seu diploma fique pronto (isso pode demorar meses!). Em seguida, deve checar quantas cópias deve deixar no programa e na biblioteca central da universidade. No mais, é comemorar esse importante rito de passagem acadêmico. Pode abraçar a banca, tirar fotos, convidar para comemorações, tá tudo liberado – não há nada que impeça essa confraternização, pelo contrário, ela é supernormal no Brasil. Aproveite!

4. O QUE VEM DEPOIS DA DEFESA?

DEPOIS DE UMA BOA COMEMORAÇÃO, há pouco o que fazer em termos burocráticos ou acadêmicos. Cada secretaria de pós-graduação possui suas regras, então, você deve consultar a secretaria do seu programa. Caso a banca de defesa tenha condicionado a aprovação da dissertação a determinadas correções ou ajustes, você tem um prazo para fazer isso, como vimos. Na maioria das vezes, a banca não precisa ver o material novamente; o orientador ou orientadora faz a conferência e isso basta. Se não houver nenhum condicionante para a aprovação, é bem provável que você precise apenas entregar as cópias físicas e digitais para a secretaria do curso, além de uma cópia da ata de defesa. Essas cópias da dissertação podem ser encaminhadas para diferentes lugares, como, por exemplo, o portal de teses e dissertações da CAPES, a biblioteca da universidade ou o arquivo/biblioteca do próprio programa. Em alguns casos, você precisa autorizar (ou não) a publicação do seu trabalho na internet. Muitas universidades exigem hoje, também, um termo de originalidade e autoria. É preciso verificar também as possíveis exigências das instituições que concedem bolsa de estudo (as famosas prestações de contas, que podem envolver alguns relatórios), se você tiver sido bolsista, ou acordos que você tiver feito com arquivos ou outras instituições que te disponibilizaram acesso a fontes.

Com o tempo, sua dissertação poderá ser mencionada em artigos e outros trabalhos acadêmicos. Uma boa forma de acompanhar esse tipo de repercussão é fazer o seu perfil no Google Acadêmico, que é um banco de dados gratuito com publicações científicas e onde qualquer pessoa pode também ter um perfil pessoal. Porém, para ter um perfil aprovado, você precisa ter um e-mail institucional. Depois disso, o sistema, automaticamente, reconhece suas produções acadêmicas publicadas na Internet e registra toda citação que for feita em outros produtos acadêmicos.

Passadas algumas semanas (ou até alguns meses), a universidade, como vimos, vai expedir um diploma certificado pelo Ministério da Educação. Não o plastifique, mas guarde-o em lugar protegido de poeira, luz ou água. Faça uma cópia digital. Caso perca esse original, entre em contato com a sua universidade a fim de obter uma segunda via. Você será instado, por diversas circunstâncias, a apresentar cópia e até mesmo o original do seu diploma. Isso é muito comum, por exemplo, em concursos para secretarias de educação ou universidades.

Em concursos, o diploma pode valer pontos. Em determinadas empresas, redes de ensino e autarquias governamentais, o diploma de mestre ou mestra em História poderá significar progressões de carreira ou aumento de salário (a famosa retribuição por titulação – quanto mais títulos você tiver, maior será o seu salário). O mestrado também é fundamental caso o agora mestre ou mestra queira participar de um processo seletivo para o doutorado, mesmo que não seja na área de História e mesmo que venha a fazer isso muitos anos depois.

OceanofPDF.com

POSFÁCIO

A-CA-BOU! É isso aí, você agora se tornou mestre ou mestra. Diferente da sensação que temos quando termina da banca de defesa em que você foi aprovado, este encerramento de ciclo com o depósito da dissertação na biblioteca é um pouco mais solitário – e, por isso, costuma ser um processo mais interno. É normal que muitos sentimentos venham à tona, desde alegria e senso de realização, até uma exaustão combinada com alívio ou, ainda, libertação. A verdade é que cada experiência é única, mas não dá para negar que o mestrado é uma vivência intensa.

Mas uma pergunta que todos provavelmente vão ouvir é: vai tentar o doutorado? Não é incomum que as pessoas “emendem” uma pós-graduação na outra. Em geral, a motivação vem de aproveitar leituras e descobertas que, por vezes, não foram aproveitadas na dissertação, por exemplo? Ou de poder dar atenção à aquela descoberta ou objeto no qual se “esbarrou” em meio à pesquisa do mestrado. Nestes casos, a relação com o orientador ou orientadora e com a banca pode ser um valioso aliado – seja para renovar as parcerias, seja para sugestões e indicações de próximos passos.

Há quem prefira dar um tempo das atividades acadêmicas ou de pesquisa e retomar ou se focar novamente em outra atividade profissional. Seja porque os objetivos foram alcançados, seja porque o cansaço da dedicação à pesquisa demande uma pausa para descanso físico e mental ou uma entrega para outras experiências de vida. Neste caso, só por precaução, sugiro que você organize os materiais que utilizou na pesquisa, categorize, catalogue. Deixe tudo arrumado, a salvo e acessível. Pode ser que a vontade de voltar para a pesquisa acadêmica volte, talvez quando você menos esperar – e aí, vai ser bom ter tudo organizado quando você “voltar”, seja para produção de artigos e outros trabalhos; seja para lembrar e embarcar nos prazeres da memória; ou ainda, seja para o embarque nos desafios do doutorado. E quem sabe um próximo livro ajude você (e eu) a se encontrar e navegar nesses novos mares.

Ana Paula Tavares Texeira

Jornalista e historiadora, mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

OceanofPDF.com

Fontes

ANDIFES. *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as) das IFES – 2018*. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL, Presidência da República. *Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968*. Rio de Janeiro, 1968. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109783/lei-5540-68/>. Acesso em: 30 nov.2022.

BRASIL, Presidência da República. *Lei nº 14.038, de 17 de agosto de 2020*. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências. Brasília, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14038.htm#:~:text=a%20seguinte%20Lei%3A-,Art.,e%20exig%C3%A2ncias%20estabelecidas%20nesta%20Lei. Acesso em: 20 dez. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. *Parecer nº 977/65*. Rio de Janeiro, 1965. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/parecer-cesu-977-1965-pdf/>. Acesso em: 30 nov.2022.

CAPES. *Relatório de Avaliação (História)*, 2021. Brasília, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/19122022_RELATORIO_AVALIACAO_QUADRIENAL_comnotaHístria.pdf. Acesso em: 20 dez.2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Diário de Pernambuco*. Primeiro Caderno. 21 jul. 1973, p.5. Pernambuco. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/44969?pesq=%22mestrado%20em%20história%22/. Acesso em: 9 dez.2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Resolução Nº 1, de 8 de junho de 2007*. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto Nº 6.096/2007, de 24 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e

Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm/. Acesso: 20 dez. 2022.

SEMESP. *Pesquisa Cursos de Especialização Lato Sensu no Brasil*. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/pesquisas/pesquisa-especializacao-de-nivel-superior/>. Acesso em: 30 nov. 2022.

[OceanofPDF.com](https://www.oceanofpdf.com)

Notícias

BOLSAS de estudo alcançam o menor valor da história. *Folha de S. Paulo*. 15 mar. 2022. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2022/03/bolsas-de-estudo-alcancam-o-menor-valor-da-historia.shtml>. Acesso em: 30 nov.2022.

CIÊNCIA brasileira sofre com cortes de verbas e encara cenário dramático para pesquisas em 2021. *El País*. 31 dez. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-12-31/ciencia-brasileira-sofre-com-cortes-de-verbas-e-encara-cenario-dramatico-para-pesquisas-em-2021.html>. Acesso em: 30 nov.2022.

IDOSO se forma em História aos 79 anos; trajetória do aluno inspira universidade do RJ, que cria projeto de alfabetização. *G1-RJ*. 6 abr. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/idoso-se-forma-em-historia-aos-79-anos-trajetoria-do-aluno-inspira-universidade-do-rj-que-cria-projeto-de-alfabetizacao.ghtml>. Acesso em: 30 nov.2022.

MEC SUSPENDE pagamento de 200 mil bolsistas de mestrado e doutorado. *G1-RJ*. 7 jul. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/12/07/mec-suspende-pagamento-de-mais-de-200-mil-bolsistas-de-mestrado-e-doutorado.ghtml>. Acesso em: 07/12/2022.

O IMPACTO da circulação de cérebros. *Pesquisa Fapesp*. 12 set. 2019. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-impacto-da-circulacao-de-cerebros>. Acesso em: 30 nov.2022.

Editais

Programa de Pós-Graduação em História (2022), Universidade Salgado de Oliveira. Disponível em:

https://www.ppghselecaodiscente.com/files/ugd/fb94cf_090efe49c9f04e3cbc3a2e754f0b98d4.pdf. Acesso em: 9 dez.2022.

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (2022). Disponível em: <https://ppgh.ufba.br/pt-br/processo-seletivo>. Acesso em: 20 dez. 2022.

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (2022). Disponível em: <https://ichca.ufal.br/pt-br/pos-graduacao/mestrado-em-historia/selecao/2022-1/edital-no-mestrado-em-historia-2013-aluno-especial-2022-1-1.pdf/view>. Acesso em: 9 dez.2022.

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (2022). Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/n/144450-processo-seletivo-2022-ppgh-ufg>. Acesso em: 14 dez. 2022.

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará (2022). Disponível em: <https://pphist.propesp.ufpa.br/index.php/br/ingresso/selecao-atual>. Acesso em: 20 dez. 2022.

Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultural da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2023). Disponível em: https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/download/editais/mestrado_historia.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.

Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2022). Disponível em <https://ppghis.historia.ufrj.br/editais/edital-da-selecao-para-o-mestrado-2023>. Acesso em: 20 dez. 2022.

Sites

Mestrado Profissional em Ensino de História, ProfHistória Nacional: <http://site.profhistoria.com.br>. Acesso em: 9 dez.2022.

Mestrado Profissional em Ensino de História, ProfHistória UNIRIO: <http://www.unirio.br/profhistoria>. Acesso em: 9 dez.2022.

Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania: <https://dhi.ufv.br/pos-graduacao>. Acesso em: 20 dez. 2022.

Programa de Pós-Graduação em História Pública, Universidade Estadual do Paraná: https://www.historia.uff.br/ciadasindias/wp-content/uploads/2017/09/PANEGIRICO_FF_RV.pdf. Acesso em: 9 dez.2022.

Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Caxias do Sul: <https://www.ucs.br/site/pos-graduacao/formacao-stricto-sensu/historia>. Acesso em: 9 dez.2022.

Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Salgado de Oliveira: <https://ppghistoria.universo.edu.br>. Acesso em: 9 dez.2022.

[OceanofPDF.com](https://oceanofpdf.com)

Referências

BACZKO, Bronislaw. *La responsabilité morale de l'historien*. Paris: Publications de la Sorbone, 2016.

BARROS, José d'Assunção. *O projeto de pesquisa em História*. Da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2014.

BECKER, Howard S. *Truques da escrita*. Para começar a terminar teses, livros e artigos São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo. Em busca do conceito de linha de pesquisa. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 7, n. 2, p. 157-170, 2003.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Como é o mestrado em História? (Artigo). In: *Café História – história feita com cliques*. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/como-e-o-mestrado-em-historia/>. Publicado em: 06 jan. 2020. ISSN: 2674-5917. Acesso: 30 nov.2022.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Mestrado em História: dicas para a prova escrita (Notícia). In: *Café História – história feita com cliques*. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/mestrado-prova-escrita/>. Publicado em: 15 set. 2017. ISSN: 2674-5917. Acesso: 30 nov.2022.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Mestrado em História: dicas para o projeto de pesquisa (Matéria). In: *Café História – história feita com cliques*. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/mestrado-projeto-de-pesquisa/>. Publicado em: 29 set. 2017. ISSN: 2674-5917. Acesso: 30 nov.2022.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Mestrado em História: dicas para a etapa da entrevista (Matéria). In: *Café História – história feita com cliques*. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/mestrado-entrevista/>. Publicado em: 22 set. 2017. ISSN: 2674-5917. Acesso: 30 nov.2022.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. *O Homem dos Pedalinhos*. Herberts Cukurs: a história de um alegado criminoso nazista no Brasil do pós-guerra. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares. *História Pública e divulgação científica*. Belo Horizonte: Letra e Voz, 2019.

DE ALMEIDA GONÇALVES, Marcia; TEIXEIRA, Rebeca Gontijo. Sobre história, historiografia e historiadores: entrevista com Francisco Falcon. In; *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 4, n. 7, p. 365-382, 2011.

DINIZ, Debora. *Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa*. Brasília: Letras Livres, 2013.

DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1983.

FALCON, Francisco. História e memória: origens e desenvolvimento do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. In: *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 6, n. 11, p. 15-32, 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes. ProfHistória: mestrado profissional em ensino de História. Entrevista. In: *Café História – história feita com cliques*. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/profhistoria-mestrado-profissional-em-ensino-de-historia/>. Publicado em: 4 ago.2014. Acesso: 10 mar. 2022.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Universidade e ensino de história*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

FICO, C.; WASSERMAN, C.; MAGALHÃES, M. de S. Expansão e avaliação da área de História - 2010/2016. In: *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 11, n. 28, 2018. DOI: 10.15848/hh.v11i28.1393. Disponível em: <https://historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1393/>. Acesso em: 30 nov. 2022.

FONSECA, Renan Lourenço da. *História Pública e Orientalismo: investigações sobre cultura oriental e Zen Budismo a partir da persona de Monja Coen*. Dissertação de Mestrado. Paraná: Universidade Estadual do Paraná, 2022.

HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. *Revista de História*, n. 148, p. 9-34, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2020.

LUCCA, Tania Regina de. *Práticas de pesquisa em história*. São Paulo: Contexto, 2020.

MORAIS, Bruno Martins. *De perto e de longe: a política de uma autoantropologia Kaiowá*. Tellus, 2020.

OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. *A Evolução do Sistema Financeiro na Época Vargas*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1974.

PIACENTINI, Maria Tereza de Queiroz. *Só vírgula*. Método fácil em vinte lições. São Paulo: EdUFSCar, 2021.

ROSSI, Paolo. *Naufrágios sem espectador*. São Paulo: Unesp, 2000.

RUSSELL, Bertrand. *Por que não sou cristão*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2011.

SALOMON, Marlon [et al]. *50 anos de Pós-Graduação em História na UFG* [Ebook] / Dados eletrônicos (1 arquivo: PDF). Goiânia: Cegraf UFG, 2022.

SORDI, José Osvaldo de. *Desenvolvimento de projeto de pesquisa*. São Paulo: Saraiva Educação SA, 2017.

VAINFAS, Ronaldo. *Discurso Panegírico* – emergência do professor Francisco José Calazans Falcon – Universidade Federal Fluminense. Niterói: 13 de setembro de 2017. Disponível em:

https://www.historia.uff.br/ciadasindias/wp-content/uploads/2017/09/PANEGIRICO_FF_RV.pdf. Acesso em: 9 dez. 2022.

WESTPHALEN, C. M. Situação da pós-graduação em História. In: *Revista de História*, [S. l.], v. 55, n. 110, p. 407-420, 1977. DOI:

10.11606/issn.2316-9141.rh.1977.76260. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/76260/>. Acesso em: 30 nov. 2022.

ZINSSER, William. *Como escrever bem*: O clássico manual americano de escrita jornalística e de não ficção. São Paulo: Fósforo, 2021.

Sobre o autor

Bruno Leal Pastor de Carvalho



Nasceu no Rio de Janeiro, em 1982. É formado em Comunicação Social e História. Tem doutorado em História Social pela UFRJ. É professor adjunto do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História

da Universidade de Brasília (UnB). Foi professor nos Institutos de História da UFF, da UFRJ e do Mestrado em História Pública do PPGHP/UNESPAR. É pai do Arthur e do Eduardo, além de fundador e editor-chefe do portal de divulgação científica Café História (www.cafehistoria.com.br).

OceanofPDF.com

Livros deste autor

O homem dos pedalinhos. Herberts Cukurs: a história de um alegado criminoso nazista no Brasil do pós-guerra

Em 1950, o imigrante letão Herberts Cukurs, então proprietário dos pedalinhos da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, foi acusado de ter cometido crimes de guerra durante a ocupação nazista da Letônia. O "caso Cukurs" logo se tornou conhecido no Brasil e no exterior e mobilizou governos, entidades judaicas e não judaicas, parlamentares e opinião pública. Percorrendo documentos inéditos, disponíveis no Brasil e no exterior, este livro examina a complexa construção do histórico "caso Cukurs", sobretudo a posição das autoridades brasileiras diante dele.

Várias faces da Independência do Brasil

Muito se falou, muito se discutiu e se escreveu sobre a Independência do Brasil. Já estava mais do que na hora de mostrar que o evento não se tratou de um ato isolado, representado por um único grito às margens do rio Ipiranga. O fato é que a Independência não teve uma face só, mas várias, e em diferentes lugares do país. De Norte a Sul, em diversas províncias, a independência envolveu diferentes grupos sociais, com características próprias. Tivemos, como veremos neste livro, resistências diferentes à própria concepção de independência. Esta obra, em vez de oferecer uma leitura única, nos oferece uma visão de conjunto registrada por historiadores cuidadosos, que trabalharam com documentos, em regiões distintas do Brasil. Depois deste livro, escrito com competência e paixão pela verdade histórica, nunca mais se falará da Independência da mesma forma.

História pública e divulgação de história

Os historiadores parecem hoje convictos da necessidade de desenvolver uma melhor comunicação com o grande público. Restam, contudo, alguns nós a serem desatados: como fazer um bom trabalho de divulgação de

História? Como tornar as pesquisas, questões e problemas historiográficos relevantes para um público tão amplo? Como a divulgação de História pode contribuir para os debates que são constitutivos do espaço público? A divulgação de História feita por um historiador profissional tem as mesmas características da divulgação de História feita por outros profissionais? São perguntas como estas que o livro "História pública e divulgação de história" busca responder.

Expressões do Nazismo no Brasil: Partido, Ideias, Práticas e Reflexos

A coletânea “Expressões do Nazismo no Brasil: Partido, ideias, práticas e reflexos” organizado pelos professores Bruno Leal e Taís Campelo Lucas é uma obra que já nasce clássica. Reunindo os principais pesquisadores brasileiros sobre a temática, esta obra analisa o impacto do Nazismo no Brasil nas suas diversas esferas.

OceanofPDF.com

Agradecimentos

Agradeço pelas sugestões dadas pelos meus alunos e alunas: Isabela Marinho Giovannini, Noemia Matayoshi, Kairo Hama, Lucas Rocha, Isabella Marinho, Carlos Vitor, Luma Pepita, Catarina Jaborandy e Daniel Borges. Um agradecimento especial à Ana Paula Tavares, minha companheira, parceira e mãe dos meus filhos; com ela eu divido cotidianamente meus anseios, neuroses e ideias; é dela a revisão editorial e crítica deste livro. Agradecimento também ao professor Daniel Gomes de Carvalho, colega de departamento e parceiro de área na UnB, amigo que pacientemente me escutou falando sobre esse projeto e com ele contribuiu com um generoso prefácio.

OceanofPDF.com